



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

VÂNIA SOUZA GOMES MOTA

**A SITUAÇÃO DE RUA DAS MARIAS ATRAVÉS DOS OLHOS
ANCESTRAIS DA INTERSECCIONALIDADE.**

SALVADOR-BA

2019

VÂNIA SOUZA GOMES MOTA

**A SITUAÇÃO DE RUA DAS MARIAS ATRAVÉS DOS OLHOS
ANCESTRAIS DA INTERSECCIONALIDADE.**

Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso,
apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade
Católica do Salvador, como requisito para aprovação a
obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof Ms. Elisângela Souza

SALVADOR-BA

2019

VÂNIA SOUZA GOMES MOTA

**A SITUAÇÃO DE RUA DAS MARIAS ATRAVÉS DOS OLHOS
ANCESTRAIS DA INTERSECCIONALIDADE.**

O trabalho de conclusão de curso apresentado foi avaliado e aprovado para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, conferido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, *Campus* Federação, Salvador.

Aprovada em: ____/____/____ com nota: ____

BANCA EXAMINADORA:

Profª Mscª, Elisangela Souza Santos.
Orientadora

Profª Mscª, Caroline Ramos do Carmo Souza;
Examinadora Interna

Mscª Andréa Mércia; Coordenadora da Central Integrada de Alternativas Penais
CEAPA.
Examinadora Externa

“É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo de mobilização”

Che Guevara.

AGRADECIMENTOS

Que o amor possa ser a mais potente arma da (r)evolução humana!
Vânia Mota

Ao amor!

A começar a escrever essa mensagem, um filme passou pela minha cabeça, muita coisa aconteceu, transformações se deram, e nesse mar se passaram 06 anos desde quando aqui cheguei, (Escola de Serviço Social da UCSal)!

Aqui eu chego e não chego só! Trago comigo a minha espiritualidade que a todo momento contribuiu de maneira muito importante para que chegássemos até aqui! **GRATIDÃO!!!**

Apesar de todo contexto desfavorável socialmente que atravessa a minha existência, eu tenho muito a agradecer.

Me emociono só em pensar, mainha, ou Maria Silvia como gosto de abusá-la. Que mulher forte e retada, me ensinou desde cedo o valor das conquistas da vida, me deu liberdade para bater asas, mas sempre esteve aqui para me amar e me apoiar à sua maneira.

Se hoje posso concluir essa formação profissional, é graças a essa mulher guerreira, mãe solteira, diarista, que não teve a possibilidade de concluir os estudos, mas sempre buscou dá o melhor para suas filhas, ambas órfãs de pai.

Mãe, se hoje estou concluindo esse ciclo, foi a custo de todos os seus esforços para que eu nunca desistisse, serei eternamente grata, por todos os cafés e almoços prontos, as idas ao mercado, o compartilhamento das despesas e responsabilidades de criar, amar e educar Victor. Quero, ainda nessa existência lhe proporcionar todo o conforto e qualidade de vida que a senhora merece, e ainda assim será pouco para demonstrar o imenso carinho e amor por você!

Victor, a semente que me impulsionou a querer continuar estudando. Lembro, há exato 9 anos atrás, eu, uma jovem negra grávida, cheia de sonhos românticos, porém aquela gravidez não planejada me possibilitou refletir que eu queria outro lugar no mundo, e eu precisa agora buscar por mim e por aquele novo ser, o qual eu ajuda a trazer para este plano.

Filho, você me incentiva todos os dias a ser melhor. Desculpa por não ter tido a possibilidade de ter estado mais perto, você é meu filho amado, e tenho muito orgulho da criança que você vem se construindo.

Grata por toda paciência e compreensão que vem tendo, principalmente nesta reta final da construção da monografia. Quantos abraços e beijos apertados ganhei para me dar forças e continuar escrevendo, ou quantas cartinhas de declaração achei quando chegava exausta de mais um dia, o quanto você contribui para oxigenar a minha vida.

Mãe e filho, vocês constroem uma linda e importante base na minha existência, eternamente agradecida!!!

À minha família matriarcal Souza, como amo essas mulheres, sou a 2ª das milhares que ainda virão a concluir o ensino superior, uma grande família de Boa União (Alagoinhas) que é cheia de afetos e devaneios, e que ainda encontram-se lidando com a saudade da perda por negligência do Estado na morte precoce de minha tia Alaíde e minha avô Maria (in memoriam).

Sou muito grata, ao movimento social negro comunitário Kilombo Kalabares, representado por Gilson Assis e Yuri Woxi, que contribuiu ainda na minha infância e adolescência à uma leitura mais crítica da sociedade através da arte e educação, demarcando a minha inserção no ativismo dos movimentos sociais.

Meu segundo pouso foi o CASSDAN, e a essa entidade representativa eu tenho muito a saudar e agradecer. Após mais de 01 ano de resistência a construir junto com o CAS, um dia me rendi, e foi uma das melhores escolhas da minha vida!

A casa de Dandara se tornou colo, aconchego, trocas, amores, discussões, descobertas, desentendimentos. Aqueles constantes cafés políticos me salvaram tantas vezes da fome física e abasteceram a mente para as desconstruções diárias.

À minha família Dandara serei eternamente grata, vocês oxigenam todos os dias a luta da minha existência, apreendi com vocês que é sim possível um outro modelo de sociedade e relações, cada um com sua forma de plantar as sementes, mais todos com muito afeto.

Deixo registrado aqui alguns nomes, pois durante esses 06 anos dentro da ESSUCSa, foram muitos amigxs feitos para a vida!

Tainã Prates, chegamos juntas, na mesma turma em 2013, mas só no ano de 2015 foi que nossas almas se cruzaram, fixou morada no meu coração com jeito espiritual de ver o mundo.

Logo após, chegou uma pretinha reta, sem papa na língua que me puxou com força para a militância no movimento estudantil de Serviço Social, Beatriz Portela, quantos sonhos, choros e alegrias compartilhadas.

Gessica Souza, amiga retada, quantos sonhos e desejos compartilhados, alguns sofrimentos e tristezas, vivências bem próximas que atravessam a nossa existência, grata amiga por todo incentivo e apoio BICHA!

Como costume dizer, 2016 tudo na minha vida mudou, e foi quando nossa história de amor e amizade começou, né (Lú) Luísa Lacerda? Como nossas vidas se inter cruzaram nos últimos anos. Vivenciamos as diversas formas e jeitos de nos relacionarmos, um cenário constante de militar e amar, ocupando diferentes lugares nas nossas vidas; amigas, namoradas, ficantes, coordenadoras regionais da ENESSO, amantes, colegas, mas sei que essa nossa história é cercada de afetuoso amor.

As guerreiras de Dandara, serei eternamente apaixonada; Josi Meire minha preta sem papa na língua e amor no peito, Miriam Lima, do CRIA pra vida; Pétala Magalhães, uma doce flor; Taís Jérico cheia de mistério e magia; Lorena Moreira, capoeirista suave na nave; Victor Andrade, um colo e aconchego de muita referência; Àgda, mulher de explosões, mais que me deu muita força nessa reta final; Estrela Filipa um raio de ativismo e ideias.

Me lembrarei sempre desse trio que marcou minha vida, três masculinidades tão diversas, e tão afins; meu companheiro, amigo irmão, Bruno Cerqueira, como te amo amigo, um doce de ser humano, grata por escolher compartilhar um pouco dessa sua existência ao meu lado. Pitágoras Varjão, cara chato, com uma personalidade forte, mas quando ele entra no peito não sai mais, como contribuiu com o meu amadurecimento no ativismo social, noites e madrugadas acordados para realizar um propósito, um objetivo, aprendi que só se desiste quando não há mais possibilidades viáveis. Mario Luciem, tantas águas trocadas, um educador diplomático e sábio, quem diria que estaríamos fechando esse ciclo juntos amigo, as trocas de saberes carrego no peito.

O CASSDAN, me proporcionou a inserção no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), o qual estive na militância por 4 anos, compondo a ENESSO, construindo as nossas bandeiras de lutas e enfrentamentos. Essa entidade me possibilitou ampliar os horizontes do conhecimento e me interligar com outras companheiras, em terras fora de Salvador!

Quero deixar registrado o meu amor, carinho e admiração pelas ativistas da ENESSO que foram essências na minha trajetória: Leilla Sobral, amiga de muita potência e revolução; Fernanda Gomes em SP, lá existe amor e guarda uma parte do meu amor lá, o Sul me trouxe Carmel e Lucas amigos do peito; e Cachoeira-BA, lá o coração acelera no movimento resistências de companheiras como Thainá; Rodrigo; Zaira e Clicinha e Camila.

Tive o privilégio de conhecer Assistentes Sociais que oxigenou a minha formação profissional, e aqui retribuir o meu carinho e admiração; Minha querida Andréa Mércia, a relação é de alma, mulher de grande potência e força muito me representa; Ludmila Paraguassú, minha eterna SUPER, com uma atuação profissional ética e política aprendi muito na vivência de estagio; Elisangela Souza, professora que chegou em meios a um caos que a Escola de Serviço Social vive, mais que vem dando gás para contribuir de maneira significativa na formação das alunas, grata pelo apoio e incentivo.

Quero deixar registrado também, pessoas que contribuíram mesmo de longe, mas de forma muito importante com a minha inserção aos estudos, quero saudar a uma preta ancestral na minha vida, que serei sempre grata por ter tido a oportunidade de amar, Ana Maria, eterna sogrinha; Solange Rubim acho que essa vida é pouco para explicar o nosso vinculo; e Vinicius Paixão, hoje amigo e pai de Victor, mesmo vacilando em alguns momentos, me incentivou nos corres dos meus sonhos.

Sendo assim, sou grata por existir nesse plano, por ter chegado em um período ainda com um governo de esquerda, ao qual, as mínimas políticas públicas de educação começaram a realizar uma dívida histórica com o meu povo Afrodescendente, e assim estou formando enquanto Assistente Social, para seguir lutando por um outro modelo de relações sociais, uma sociedade antirracista, sem outras formas de opressão, cercada de amor e prosperidade!

“As mulheres que correm em minhas veias me acordaram essa madrugada para me avisar que grandioso não é o que me atravessa, grandioso é eu ainda permitir que as coisas belas me devolvam o chão”.

Ryane Leão

MOTA, Vânia Souza Gomes. “**A SITUAÇÃO DE RUA DAS MARIAS, ATRAVÉS DOS OLHOS ANCESTRAIS DA INTERSECCIONALIDADE**”, SANTOS, Elisângela Souza, 86 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2019.

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise bibliográfica sobre o intercruzamento das opressões estruturais de raça, classe, diversidade gênero e sexualidade, que atravessam a vida das Marias que se encontram na situação de rua. Utilizando enquanto luta analítica, a ferramenta do feminismo negro cunhada da interseccionalidade, ideologia que não dicotomiza nem hierarquiza as opressões. Sendo possível assim perceber que opressão racial fundamenta a ida desses corpos para a situação de rua, porém o sistema econômico capitalista desenvolve e aprofunda essa manifestação da questão social. Compreendendo como a imposição social da cisheteronormatividade legitimam as violências sobre os corpos e desejos dissidentes, e a rua se encontra nesse caminho como forma de “liberdade”. A pesquisa contribui com a construção teórica sobre opressões que intercruzam a vida das mulheres negras na situação de rua, propondo intervenções antirracistas nas políticas públicas.

Palavras-chave: interseccionalidade, opressões, mulheres negras, situação de rua, questão social.

LAKOTAN

Iwadi ɔwɔɔwɔ n ʒe agbekale oninombà iwe kan ni ikorita ti awon ininilara igbekale ti ije, kilasi, ipinya ti okunrin ati ibalopo, eyiti o koja igbesi aye awon Marys ni ipo ita. Lilo bi ijakadi ti oninombà, opa ti abo abo dudu ti sopo pelu ikorita, atoko ti o le dichotomizes tabi awon ipogun awon ota. Nitorinaa o see se lati mo pe uninibini ti eda larin gbigbe ti awon ara wonyi si ipo aini ile, sugbon eto eto kapitalisimu o dagbasoke ati jinle ifihan yii ti ibeere awujo. Lilo bii ifasipo ti awujo ti cisheteronormativity se alaye ofin si iwa-ipa si awon ara dissident ati awon ife, ati opopona wa lori ona yii gegebi fomu "ominira". Iwadii naa se alabapin si ikole imo-ise ti awon aninilara ti o se ibamu igbesi aye awon obinrin dudu ni ipo aini ile, dabaa awon ilowosi eleyameya ni awon eto imulo gbangba.

Koko-oro: ikorita, uninibini, awon obinrin dudu, ipo ita

ABSTRACT

The present study proposes a bibliographical analysis on the intersection of structural oppressions of race, class, gender diversity and sexuality, which cross the life of the Marys in the street situation.

Using as an analytical struggle, the tool of black feminism coined with intersectionality, an ideology that neither dichotomizes nor hierarchizes oppressions.

It is thus possible to realize that racial oppression underlies the movement of these bodies to the homeless situation, but the capitalist economic system develops and deepens this manifestation of the social question. Understanding how the social imposition of cisheteronormativity legitimizes violence against dissident bodies and desires, and the street is on this path as a form of "freedom."

The research contributes to the theoretical construction about oppressions that intersect the lives of black women in the street situation, proposing anti-racist interventions in public policies.

Keyword: intersectionality, oppression, black women, street situation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. OS ATRAVESSAMENTOS DA MULHER NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA ..	16
1.1.BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NAS TERRAS DE PINDORAMA	16
1.2.A HISTORICIDADE DO RACISMO E A SITUAÇÃO DE RUA.....	22
1.3.A IDENTIDADE RACIAL DAS MARIAS QUE OCUPAM AS RUAS.....	30
2. AS MARIAS EM SITUAÇÃO DE RUA, A QUAL CLASSE PERTENCEM ESSES CORPOS?	39
2.1.A SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM A SITUAÇÃO DE RUA	39
2.2.A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO NO COTIDIANO NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	52
3. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE PARA AQUELAS QUE UTILIZAM DAS RUAS COMO ESPAÇO DE SOBREVIVÊNCIA, CONVIVÊNCIA E MORADIA	63
3.1.A CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE COMO MECANISMO DE DOMINAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA	63
3.2.O ROMPIMENTO COM A CISHETERONORMATIVIDADE, ATRELADO A “LIBERDADE” NA SITUAÇÃO DE RUA.....	70
4. A INTERSECCIONALIDADE ATRAVESSADA NOS CORPOS DAS MARIAS EM SITUAÇÃO DE RUA	74
4.1.O INTERCRUZAMENTO DAS OPRESSÕES ESTRUTURAIS NA SITUAÇÃO DE RUA	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado, trilha pelo conhecimento ancestral das matriarcas decoloniais, para descrever as condições impostas demarcadas pelo sistema intercruzado das opressões raciais, econômicas, de gênero e sexualidade que atravessam os corpos das mulheres negras que estão em situação de rua nas terras das Palmeiras.

Desenvolvendo o contexto narrativo a partir da construção ideológica da categoria raças humanas e das hierarquizações sobre a raça, enquanto uma estratégia de dominação faloeurocêntrica, sendo a opressão primária nas relações sociais brasileiras, e a sustentação para a implementação do modelo societário econômico capitalista, estruturante para a legitimação das demais opressões de classe, gênero e sexualidade.

Atrelado ao objetivo de contribuir com a construção de um conhecimento decolonial, mediante narrativas de autoras negras e negros, intercruzando esses saberes através das vidas acidentadas dos corpos que encontram-se em maior vulnerabilidade social, e invisibilizados pelo Estado, na condição de rua.

As Marias que ocupam os espaços públicos como espaço de sobrevivência, convivência e moradia, são resultado de uma sociedade excludente e desigual, que reafirma a lógica do ódio, da propriedade privada, da cultura do estupro, da legitimação do patriarcado, da perpetuação do individualismo, da romantização do assistencialismo, reflexo de um projeto neoliberal de nação.

Sendo os corpos dessas mulheres na condição de viver nas ruas, que encontram-se em maiores vulnerabilidades, propícias as mais perversas violências, tendo suas vidas violadas e invisibilizadas constantemente pelos poderes públicos.

O olhar para a pesquisa, veio a partir da vivência no campo de estágio em Serviço Social, na Defensoria Pública da União-BA, com a atuação no Grupo de Trabalho da População em Situação de Rua, que proporcionou a inserção no Fórum de Movimento a População em Situação de Rua- BA, coordenado no período por Maria Lúcia, sendo esta guerreira o despertar para o estudo.

Maria Lúcia, mulher negra que esteve em situação de rua durante 08 anos, deu a origem a mobilização e organização da população em situação de rua, na cidade de Salvador, fundando o Movimento da População em Situação de Rua.

Na perspectiva de aprofundar um saber científico decolonial, crítico e investigativo sobre uma parcela da população historicamente invisibilizada e violentada pelo modelo de sociedade capitalista, a mulher negra na situação de rua.

A abordagem é qualitativa, descrevendo como as intersecções entre as refrações estruturais da questão social no que tange as Marias que encontram-se na condição de rua.

A fonte bibliográfica, buscou realizar uma revisão na perspectiva mais decolonial possível, através da escrita de autoras e autores negros, como as feministas: Carla Akotirene, Ângela Davis, Kimberlé Crenshaw, dentre outras, contando também com alguns pensadores negros como: Silvio de Almeida, Abdias do Nascimento, Juarez Xavier etc.

Discorrendo as opressões estruturantes da sociedade capitalista, usamos como lupa analítica, a ferramenta metodológica da interseccionalidade, ideologia do feminismo negro que intercruza as opressões de raça, classe, diversidade de gênero e sexual.

Metodologia que contribui para compreender que as opressões não podem ser pensadas de formas fracionadas, pois, parafraseando AKOTIRENE, elas acidentam a mesma vítima na estrada simultaneamente, seja pela sua condição étnico/racial, pelo baixo poder econômico, pelo gênero e/ou pela sexualidade.

Partiremos atrelado a uma perspectiva de uma breve contextualização histórica do surgimento da população que utiliza as ruas como estratégia de sobrevivência na sociedade brasileira.

Conceituando como a inferiorização racial é fundante para a situação de rua, sendo o racismo, um mecanismo ideológico político que dá base e fundamentação para a opressão de classe. Apresentando assim, qual a identidade racial das Marias que ocupam os espaços públicos.

Revelando que a manifestação da expressão da questão social, pessoa em situação de rua, é fruto da inserção do modelo de sociedade capitalista, potencializado pelo setor econômico que contribui de modo significativo para a exclusão desses corpos dos direitos humanos.

A maior parte da população que utiliza a rua como espaço de convívio ou moradia, encontra-se em situação de pobreza ou na extrema pobreza, fruto do sistema escravocrata racista. O modelo de sociedade capitalista é um dos grandes

fundantes para a situação de rua, onde a concentração da renda é a matriz para a divisão social.

Outro ponto abordado na pesquisa, será sobre as violências históricas e culturais do sexismo, do patriarcado e do conservadorismo na construção binária de gênero, e do castramento da sexualidade, onde a romantização social impõe um padrão cisheteronormativo, que incidem com a ida para a rua dos corpos dissidentes que buscam a “liberdade” para expressar sua performance e desejos.

O desenvolvimento dessa pesquisa, poderá contribuir com um olhar mais profundo para as opressões estruturais que atravessam a vida das Marias na situação de rua, sendo a mais perversa e violenta, em que acidenta de forma inter cruzada simultâneos momentos na vida dessas mulheres negras.

1. OS ATRAVESSAMENTOS DA MULHER NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA

Para demarcar o surgimento da população em situação de rua na sociedade brasileira, partiremos de uma análise histórica da violenta invasão colonizadora nas terras das Palmeiras, cercado de muito derramamento de sangue e sofrimento que perpassa inicialmente pela opressão racial.

Destrinchando com brevidade como se desenvolveu o primeiro sistema econômico feudal escravocrata, e como o racismo foi a combustível essencial para o triunfo do capitalismo.

Seguiremos contextualizando como a construção da falácia racial contribuiu para hierarquização dos grupos étnicos, e a legitimação e perpetuação do racismo, que é a opressão fundante e condicionante para a situação de rua.

Após, traçaremos um perfil da identidade racial e de gênero das Marias que ocupam os espaços públicos como estratégia de sobrevivência e luta, em uma sociedade culturalmente racista.

1.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NAS TERRAS DE PINDORAMA¹

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”

Ângela Davis.

Após realizar algumas pesquisas bibliográficas, foi possível concluir que existem poucos registros sobre o surgimento da população em situação de rua na sociedade Brasileira. A história aponta que essa manifestação da questão social² é uma herança da invasão Portuguesa, nas terras de Pindorama, CASTANHO³

¹ A palavra Pindorama, significa: País ou região das palmeiras. CASTANHO, Marilda. Pindorama: **A terra das Palmeiras**. 1999

² Manifestação da questão social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades sociais, produzidas pelo modo de produção capitalista. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

³ CASTANHO, Marilda. Pindorama: **A terra das Palmeiras**. P. 03; 1999

“Pindorama era também como os povos ando-peruanos nomeavam esta terra em que hoje chamamos de Brasil, e que era habitada por milhares de diferentes povos”.

Essa invasão nas terras das Palmeiras, perpassou por diversos mecanismos de extermínio, que modificou bruscamente a vida dos povos indígenas que ocupavam essa região da América, como aponta RIBEIRO:

O que aconteceu, e mudou total e radicalmente seu destino, foi a introdução no seu mundo de um protagonista novo, o europeu. Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte. Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indenes. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu com provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros⁴.

Essa violenta usurpação europeia, de colonizadores que já vivenciavam nas suas relações a subserviência de outros seres humanos, a lógica da competição, da moeda de troca, e do lucro.

Esse povo, disseminou e fundamentou o posicionamento político ideológico da hierarquização das raças, da subserviência de um povo, julgada por eles, brancos, com ascendência humana inferior, escravizou mulheres e homens do continente Africano, e a população indígena das Américas.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais⁵.

O início da colonização de Pindorama, se deu através da invasão no território das Palmeiras, com a apropriação e exportação indevida das riquezas naturais locais, e com a escravização dos nativos pertencentes e donos da terra, os indígenas. Porém fatores como o conhecimento territorial e a comunicação contribuíram para que a população local, não fossem a única a ser escravizada.

⁴ RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro. Formação e sentido no Brasil**. São Paulo, p. 02, 1995.

⁵ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 121, 2018.

Uma grande parte dos povos indígenas foi dizimada, como aponta RIBEIRO⁶, a população europeia trouxe na bagagem além da cultura perversa da apropriação, diversas doenças, as quais, os indígenas não possuíam defesas imunológicas e nem conhecimento medicinal de pronto para responder as moléstias trazidas pelos violentos colonizadores.

A territorialidade e a comunicação, foram outros pontos que contribuíram para a inserção da mão de obra Africana, pois, os indígenas conheciam o território e a linguagem dos grupos étnicos⁷ que viviam em Pindorama, assim, tais fatores contribuíram para a inserção de diversas estratégias de resistência e fuga.

Outro ponto importante a ser mencionado, era o interesse da Igreja Católica, através dos Padres Jesuítas, os quais, tinham enquanto missão, a disseminação da ordem religiosa denominada Companhia de Jesus. O objetivo era disseminar e impor a fé Católica pelo mundo, e nas terras colonizadas, os Jesuítas tinha o objetivo de cristianizar o povo local.

As razões descritas acima, contribuíram para a inserção da mão de obra escravizada Africana, tendo como principal fator a economia, pois o comércio transatlântico já começava a se tornar lucrativo, visto que, eram cobrados altos impostos pelo tráfico desumano⁸ de pessoas.

Outros fatores como a força, a vitalidade e energia do povo negro, também foram critérios reconhecidos como características importantes para a apropriação e exploração pelos colonizadores.

O período legalizado do tráfico e escravização de seres humanos é considerado na história um dos ciclos mais cruéis e desumanos.

Os 388 anos de trabalho escravo grafaram as relações econômicas, culturais, políticas e sociais que, mesmo depois de 130 anos de abolido, congelam a população descendente de africanos na base da pirâmide social, locus e logos da clonagem ampliada das desigualdades sociais, com profundas assimetrias entre “privilegiados” e “desprivilegiados destituídos de direitos⁹”.

⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro. Formação e sentido no Brasil**. São Paulo, p. 02, 1995

⁷Etnia: A palavra significa povo que tem os mesmos costumes, caracterizadas por homogeneidade sociocultural com língua, religião e modo de agir próprios. CASTANHO, Marilda. **A terra das Palmeiras**. P. 03; 1999

⁸ Utilizo o termo “tráfico desumano”, por compreender que transportar pessoas sem o devido consentimento, em condições de sujeira e maus tratos, é um ato que descaracteriza o conjunto de características específicas à natureza humana, como empatia, ou seja, uma desumanidade.

⁹ XAVIER, Juarez Tadeu de Paula; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Escravidão [388] + abolição [130] = desumanização negra [518]** UnespeCiencia. 2018

A história aponta, que a escravidão nas terras de Pindorama, durou mais de 350 anos¹⁰, onde mulheres e homens em sua grande maioria racialmente negros e indígenas tiveram sua condição de vida submissa a trabalhos exaustivos sem nenhuma ou baixíssima remuneração, em condições de castigos perversos, com precária alimentação, sem habitação digna, ou o direito do cuidado com a saúde; tem enfim, após esses três séculos de muito sangue e sofrimento, o direito de gozar da sua liberdade enquanto pessoa humana.

Passaram-se 130 anos desde o fim da escravidão no Brasil, o último país do continente a abolir o regime escravocrata, e a população negra permanece excluída na sociedade, sofrendo com a discriminação e segregação não somente em situações cotidianas desrespeitosas como também no mundo do trabalho¹¹.

Ainda segundo o dossiê citado, essa grande parcela da sociedade brasileira, negra, oriundas do continente de África, recebeu em troca da dívida histórica gerada pela escravização de cunho racista, apenas uma carta de alforria. Tal documento, apenas lhes deu direito em serem “pessoas livres”, donos de si e de suas vontades.

A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, assinada pela tal princesa do Brasil na época, declarava extinta a escravidão no país, colocando nas ruas milhares de negros, e indígenas, que do dia para noite, das passaram a ser responsáveis pelo provimento das condições mínimas para a sua existência, sem nenhuma indenização ou distribuição da riqueza acumulada pelos trabalhos explorados sofridos.

Em 1888, se repetiria o mesmo ato “liberador” que a história do Brasil registra como o nome de Abolição ou de Lei Aurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres¹²”.

Tais “Africanos livres” mencionado por Nascimento, eram os negros escravizados que tinham adoecido devido ao desumano processo de escravização, e que não tinha serventia lucrativa para os senhores de engenho, então, eram atirados as ruas a própria sorte.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado, aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não

¹⁰ Não existe registro do período exato que se iniciou a escravização no país, alguns estudos apontam que a escravização de negros, começou no Brasil no desembarque no primeiro navio de Portugal, pois o continente já utilizava a mão de obra Africana como objeto de apropriação e exploração. Em 1899, o ministro das finanças Rui Barbosa, ordenou a incineração de todos os documentos – inclusive registros estatístico, demográfico, financeiros, e assim por diante- pertinente à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados. (NASCIMENTO, 1914/2011, p. 93)

¹¹ ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Lugar de Negro** UnespeCiencia. p.11, 2018

¹² NASCIMENTO, Abdias do; **O Genocídio do povo negro no Brasil. Processo de um racismo mascarado**, 1914-2011

podiam continuar mantendo satisfatoriamente capacidade produtiva, eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”¹³.

Demarco nesta passagem, que a população em situação de rua na sociedade Brasileira, tem origem através dos “Africanos livres”.

É neste contexto de abolição da escravidão e alteração do sistema de produção, que as relações sociais, transacionavam entre o feudalismo, que era o modo de organização social, baseado na servidão, no trabalho com a terra e no escambo, para adentrar ao capitalismo, que se baseia na propriedade privada e na acumulação da riqueza, que a população em situação de rua tem um marco de crescimento na sociedade brasileira.

Referencio como marco de crescimento, pois a população em situação de rua já ocupava os espaços públicos da sociedade brasileira no período da colonização e escravidão, através da lei dos “africanos livres”, como aponta Abdias Nascimento, o autor afirma que tal lei, servia como estratégica que reafirmava a lógica do extermínio e da desumanidade perante ao povo negro.

Essa população escravizada durante décadas, começa a reconstruir a sua história a mercê da sua própria sorte, sem acesso condições mínimas estruturais e a reparação de toda a riqueza produzida, gerada pela apropriação da sua força de trabalho, permanecendo a margem de todo conforto, riqueza e qualidade de vida social da burguesia.

Porém, do ponto de vista da igualdade material, a Lei Áurea é representativa de leis brasileiras que reconhecem direitos no plano formal, mas não prescrevem as garantias que possibilitem o pleno exercício desses direitos no plano fático. Com efeito, após a Abolição a grande massa de negros libertos viu-se jogada na sociedade sem as menores condições de acesso aos bens e serviços necessários a uma vida minimamente digna, como saúde, trabalho, habitação, educação, etc. Tais condições, forçando a população negra à vida em condições degradantes, ao desemprego e, conseqüentemente, à ociosidade e à criminalidade, contribuíram para alimentar os estereótipos negativos em relação aos negros já existentes na sociedade¹⁴.

Com a expansão do sistema capitalista através do crescimento industrial, as relações sociais de produção impõem a população novas dinâmicas para a reprodução e existência humana; a venda da sua força de trabalho.

¹³ Idem

¹⁴ VANI, João Paulo; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Escravidão na pós modernidade.** UnespeCiencia. p. 19, 2018

O trabalho livre, se torna a principal ferramenta para implementação do novo sistema econômico, tal categoria potencializou para o aprofundamento da manifestação da questão social, pessoa em situação, ou condição de rua.

Com o fim da escravidão de negros oriundos da África, dois processos se iniciaram: a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos e a nova forma de escravidão, a moral, por meio da qual o europeu, que por motivos diversos chegava ao Brasil, era empregado nas lavouras – e explorado pelos ex-senhores de escravos¹⁵

Esse sistema econômico, atribuiu a categoria trabalho como uma atividade em que os indivíduos têm como objetivo, por meio da sua força de trabalho, produzir a sua própria manutenção e subsistência.

Sendo assim, a população que fica excluída deste sistema de produção, não adentra a lógica imposta do trabalho, se tornando “invisível” para o sistema capitalista e para uma boa parte dos membros desta sociedade, ficando a mercê de toda forma de injustiça social.

Esses corpos excluídos da produção direta da economia, não acessa os espaços de trabalho, passa a viver e sobreviver das ruas, sendo fruto da extrema pobreza e das desigualdades sociais, reflexos dessa violenta colonização Europeia. Excluídos e marginalizados sem acesso a direitos básicos que garantam a dignidade da pessoa humana.

O processo de industrialização do Brasil, também contribuiu fortemente para a situação de rua. O trabalho escravizado que os negros realizaram, agora na sociedade capitalista, passa a ser compreendido como trabalho “livre”, o qual o trabalhador vende a sua força de trabalho, como forma de manter a sua subexistência.

Porém, o racismo foi o principal combustível para o investimento que o país realizou para a imigração de pessoas branca, substituindo assim, o trabalho de negros escravizados por pagamento da mão de obra branca.

Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividade mal remunerada¹⁶.

¹⁵ Idem. p. 17

¹⁶ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, p. 20; 2008.

São esses fatos históricos das relações sociais, que contribuíram para o surgimento e intensificação da população em situação de rua na sociedade Brasileira, na contemporaneidade compreende-se por situação de rua, a partir do decreto de nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009:

Art. 1º – Parágrafo único: “considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória¹⁷.”

Entretanto, ressalto que mesmo, a importante e tardia Política Nacional para a população em situação, sancionada no ano 2009, não apresenta que esses corpos heterogêneos que encontram-se na situação de rua, é fruto da dívida histórica gerada pela escravização de cunho racista.

Essa mínima estratégia de intervenção adota pelo Estado, a qual foi implementada através de muita reivindicação e pressão social, segue sendo produzida e reafirmada através do racismo institucional, em uma reprodução cultural sistêmica, atrelada a falácia da dita democracia racial brasileira. Parafraseando Ângela Davis, em uma sociedade racista, não basta apenas não ser racista, é necessário ser antirracista, e para ser antirracista é fundamental reconhecer que o racismo encontra-se demarcado nas relações sociais e que tem violentado os corpos negros há muitos séculos.

1.2. A HISTORICIDADE DO RACISMO E A SITUAÇÃO DE RUA

“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer!”

Conceição Evaristo

O conceito da palavra raça já perpassou por diversos sentidos na sociedade, sendo utilizada na biologia para classificar as categorias de espécies de seres vivos, e no campo das relações sociais, o termo é utilizado para mensurar características genéticas dos diversos grupos étnicos.

¹⁷ BRASIL. DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. **Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu Comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências.** Brasília, DF, 23 Dez. 2009.

Segundo ALMEIDA¹⁸, “a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI”.

A raça é uma construção social, para diferenciar marcados genéticos de determinados grupos étnicos. Citando Durkheim (*apud*)¹⁹, “nos aponta que raça é um “fato social”, pois construímos nossa vida cultural social em sociedade, não sendo, portanto, uma realidade biológica.”

É importante afirmar, que no campo biológico, já encontra-se comprovado cientificamente que não existem raças distintas de seres humanas, e sim, apenas uma única raça, a humana²⁰.

Sendo assim, a categorial racial que será abordada nesse estudo, abará as características biológicas; através dos traços físicos do corpo, e da perspectiva étnico/cultural; pela via dos costumes, dialeto, crença religiosa, ambas se inter cruzam e aprofundando o preconceito racial, que se encontra atrelado a um juízo de valor baseado ao estereótipo, em uma pré concepção.

A inferiorização da raça no Brasil, começa com a violenta colonização Portuguesa, perante aos diferentes grupos étnicos donos das terras de Pindorama, os indígenas.

Porém tais violências raciais agravam-se e são intensificadas no período da escravização no Brasil, que tinha enquanto opressão basilar a inferiorização e subalternização da raça negra e indígena.

O racismo, assume assim, enquanto um mecanismo político e ideológico de hierarquização das raças, onde tal construção social possibilitou ao homem branco, a apropriação e controle indevido dos corpos e das vidas dos africanos e indígenas.

O desumano processo de escravização de pessoas, marca a opressão mais violenta e antiga das relações sociais brasileiras, sendo ela a propulsora do racismo, gerada pela eclosão da colonização e da objetivação e exploração de um grupos étnicos. BOAVENUTURA(*apud*)²¹, o colonialismo assentou-se historicamente no racismo, que teve ali um papel de “princípio matricial de base”.

¹⁸ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 24 2018

¹⁹ FERREIRA, Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojuridico, 2018,

²⁰ CFESS; **Serie assistente social no combate do preconceito**; Brasília; 2016.

²¹ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018

Compreendendo que o racismo, é uma violência ordenada de diversos setores das relações sociais, deflagrada a partir de características biológicas e/ou dos grupos étnicos, ALMEIDA²², define o racismo como:

“Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem²³.”

Sendo assim, o racismo é fruto de uma construção histórica que já perpassou os mais diversos modelos de relações sociais, dentre o colonialismo, o imperialismo, porém se intensificando no capitalismo.

ALMEIDA²⁴, “A raça é uma relação social, o significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutural social marcada por conflitos antagônicos.”

O marcado de opressão racial é uma estrutura sistemática de discriminação, baseada na inferiorização da raça, podendo ser desvelada sobre a ótica de três concepções: das relações individuais sociais que decorrem de preconceitos baseado nas característica étnicas; nos espaços institucionais onde os privilégios e desvantagens são baseados através dos grupos raciais; e no modo estrutural da sociedade, que configuram todas as relações sociais, ALMEIDA²⁵ define como:

Concepção Individual: O racismo segundo essa concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados.

Concepção Institucional: Sob essa perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.

Concepção Estrutural: Comportamento individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo o racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas” dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.

Parafrazeando ALMEIDA²⁶, “as instituições são racistas por que a sociedade é racista.” Assim, o racismo se apresenta nas relações da sociedade brasileira, enquanto fundante das opressões nas relações sociais foi racionamento produzido

²² Idem

²³ Idem p. 32.

²⁴ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 2018

²⁵ Idem, p. 36,37 e 50

²⁶ Idem

pela raça branca, criando condições sociais para que direta ou indiretamente, grupos raciais distintos dos brancos sejam discriminados e explorados por eles.

O racismo é um processo político. Político por que como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros²⁷.

Durante séculos, estudos raciais buscam comprovar através das áreas do conhecimento, como a medicina, religião, filosofia, antropologia e a sociologia que existiam raças distintas de seres humanos, atrelada a uma perspectiva errônea substanciada pela biologia e religião, onde se defendia a existência da hierarquização das raças. Tendo a raça negra enquanto um grupo inferior a raça branca e por isso deveria ocupar um outro local nas relações sociais a de subalternidade e inferioridade.

ALMEIDA²⁸, afirma que o “racismo é racionalmente reproduzido, tanto que, no século XX, muitos estudos foram feitos sobre as diferenças raciais, corroborando com as teses de inferiorização dos negros e supremacia branca.”

Esses estudos deram base para perpetuação da hierarquização das raças, criando fortes raízes para a manutenção da violência gerada pelo racismo, aprofundando as desigualdades raciais.

A nação brasileira foi construída através de muito sangue propulsor do racismo, o país que mais importou mão de obra escravizada, o último do mundo a abolir a escravização, e um dos países que não reconhece a dívida que a escravidão tem aos corpos dos decentes de África e dos indígenas.

O Brasil disseminou a inverdade da democracia racial após abolição, perpassando principalmente pela lógica da miscigenação como uma espécie de “evolução” para o povo negro, que seria o clareamento e a restauração dessa nação.

Com o fim do período escravocrata do país, marcado principalmente pela lei áurea, o racismo passa por novas roupagens, de forma mais racionalizada começa a pulverizar a falsa ideologia da democracia racial.

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que se estrutura como discurso, com bases nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional²⁹.

²⁷ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p.52, 2018.

²⁸ Idem, p.29

²⁹ JACCOUD, Luciano. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília, IPEA, p. 45 2008

Após a abolição, as novas relações sociais contemporâneas apresentam-se atrelado aos fatos da miscigenação e a imigração, atos que se tornaram na época uma das principais estratégias políticas racistas para o extermínio da raça negra.

A miscigenação no Brasil, se inicia com o estupro das mulheres indígenas e africanas. Essas mulheres consideradas de uma raça inferior a superioridade branca, eram vistas como trabalhadoras braçais, rentáveis economicamente e objetos de prazer e realização sexual.

Marca crucial do intercruzamento do racismo, onde homens brancos, principalmente aqueles os que detinham poder econômico, possuíam o direito incontestável de utilizar o corpo das indígenas e negras³⁰.

DAVIS³¹, aponta que a “licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era facilitada, como marca grotesca da escravidão”. Essa perversa cultura do estupro se intensifica com a colonização e o período da escravidão, perpetuando-se após a abolição.

No período da escravidão, as violências sexuais sofridas pelas mulheres negras e indígenas resultavam no estupro intercruzado das raças e em muitos casos, na geração de seres humanos, filhos de escravizadas, que eram economicamente lucrativo para os senhores de engenho, mesmo com a falácia da inserção da Lei do Ventre Livre³², além de ser um mecanismo de tentativa de exterminar as característica população negra, gerando crianças mestiças, caminhando assim, para a dita “evolução” da raça humana.

A falácia da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871:

Lei nº 2.040: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores a libertação anual de escravos. & 1. Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de cria-los e trata-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600&000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos³³.

As mulheres escravizadas, precisaram sempre serem muito fortes, a construção da feminilidade frágil, passou longe para esses corpos, as negras sofriam

³⁰ DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, p. 180, 2016.

³¹ Idem

³² **BRASIL CÔLINIA; Lei do Ventre Livre; LEI Nº 2.040 de 28.09.1871, acessado em 20/08/2019**

³³ **BRASIL CÔLINIA; Lei do Ventre Livre; LEI Nº 2.040 de 28.09.1871, acessado em 20/08/2019**

os mesmos castigos que os homens negros, efetuavam trabalhos nas lavouras, realizam os afazeres domésticos da Casa Grande, além de cuidar e participar de maneira ativa, mas de forma oculta, da educação das crianças brancas. Essas mulheres, além de todas essas vias da vida acidentadas e sobrecarregadas, vivenciam constantemente diversas violências sexuais.

Após a abolição, o estupro das mulheres negras e indígenas passou adentrar a uma nova lógica, além da satisfação sexual dos homens brancos, da procriação de trabalhadores escravizados, foi concebido como mecanismo de clareamento da raça brasileira, como método de limpar a dita mancha preta da sociedade, proporcionando assim a tal “evolução” da raça, através da supremacia branca.

Este processo de mestiçagem, envolveu o cruzamento das raças que cominavam em indivíduos com característica mistas dos grupos étnicos, nomeclados como o racismo condicionou em: pardos, mulatos, cafuzos.

Para a solução deste grande problema – a ameaça da “macha negra” – já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardo-vasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante³⁴.

Esse processo de miscigenação, que perpassa pelo estupro sexual das mulheres negras foi o caminho utilizado como via de genocídios e extermínio de um povo, essa ferramenta oriunda do racismo, iria solucionar o “problema”, tal estratégia contribuiria para a eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mestiça, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país³⁵.

Outro ponto da miscigenação que começa a ganhar intensificação com final do período da escravidão e a primeira revolução industrial, é o processo da imigração da população branca de países da Europa como forma de mão de obra “qualificada” para as ditas progressões brasileiras.

A entrada dos imigrantes trabalhadores europeus intensificou a miscigenação, contribuindo com a dita diminuição do “peso” da população negra e com a aceleração do processo de modernização do país³⁶.

³⁴ NASCIMENTO, Abdias do; **O Genocídio do povo negro no Brasil. Processo de um racismo mascarado**, 1914-2011

³⁵ NASCIMENTO, Abdias do; **O Genocídio do povo negro no Brasil. Processo de um racismo mascarado**, 1914-2011

³⁶ JACCOUD, Luciano. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, p. 49, 2008

Ambas as estratégias de cunho racista após lei áurea, geram consequências que acarretam com o aumento da população em situação de rua. Se antes da lei áurea, os afrodescendentes considerados “livres” já vivenciam a situação de rua, essa manifestação da questão social se intensifica com a miscigenação e imigração.

Esse processo de miscigenação brasileira, carrega na história uma violenta marca de abusos sexuais, estupros sofridos nos corpos das mulheres negras e indígenas, culminando o aumento das gestações interracialis.

Sendo assim, a origem desses novos seres humanos mestiços nas terras das Palmeiras, resultou do violento cruzamento de etnias, que nasceram perante as desigualdades sociais frutos da opressão racial, que devido aos mecanismos de exclusão produzidos pelo racismo que passou a ocupar de forma expansiva os espaços públicos como estratégia de existência.

Me atrevo a constatar que o marco do crescimento da população em situação de rua, tem enquanto uma das características principais a carga genética de indivíduos que foram resultados da violenta miscigenação. Pois, se o período escravocrata durou mais de 350 anos, e o marco do crescimento da população em situação de rua é após a abolição, a maior parte dessas pessoas que se encontra em situação de rua é fruto do racismo que contribui com a legitimação do estupro, culminando na miscigenação racial.

Outro fator significativo que contribuiu para que a população negra e indígena recorresse a rua como forma de moradia e sobrevivência, foi o processo de imigração.

Junto com a abolição e o colapso do período Feudal, perpassando pela revolução industrial, que marca o início do capitalismo, os recentes imigrantes vieram ocupar as novas formas de trabalhos como homens e mulheres livres, pois o racismo secular já praticado no Brasil de forma explícita não concebia que o povo negro pudesse realizar trabalhos em condições de liberdade, segundo THEODORO:

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como Lei de Terra, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjam um cenário no qual a mão de obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência³⁷.

³⁷ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, 2008.

THEODORO³⁸, também sinaliza que nas primeiras décadas do século XIX, grande parte dos trabalhadores que migravam para o Brasil, vinha de origem portuguesa. Porém já na metade do século, outros imigrantes de distintas nacionalidades de predominância branca começaram a intensificar o fluxo de trabalhadores estrangeiros.

A exclusão dos negros e indígenas das novas relações sociais, atravessa outro ponto relevante, uma nova barreira ideológica, propagada pelo o racismo de forma mais estrutural, que a construção da ideologia meritocrata³⁹.

A negação do racismo atrelado a construção da falsa democracia racial, contribuiu para construção das desigualdades sociais, como aponta ALMEIDA⁴⁰: “A soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos”.

Os cruzamentos de violências e opressões geradas primariamente pelo racismo, que criam as condições para diversas barreiras estruturais, institucionais e individuais, que mesmo com o final da escravidão, as desigualdades sociais geradas pelo racismo se aprofundam, condicionando que o perfil racial da população em situação de rua, seja de descendência Africana.

Na cidade de Salvador-BA, o Movimento da População em Situação de Rua – BA, realizou junto com o Projeto Axé e a Universidade Federal da Bahia, uma amostragem que constatou 1.447 pessoas em situação de rua:

No estudo de mapeamento e contagem, através do método observacional, foi possível identificar que 59,3% da população em situação de rua foi considerada negra, 29,6% parda e 4,3% branca pelos pesquisadores, além de 6,8% as quais não foi possível observar a cor da pele. Na atual fase da pesquisa, adotou-se o critério de autodeclaração racial. Os dados mostram que houve diferenças entre a estimativa inicial e a autodeclaração. Dessa forma, 58,2% se autodeclararam como negros/pretos, 34,6% pardos, 5,5% brancos, 0,8% amarelos e 1,0% indígenas⁴¹.

O método utilizado pela pesquisa, revela de como é culturalmente estruturado a reprodução do racismo, na autodeclaração apresenta-se uma perspectiva de

³⁸ Idem

³⁹ Meritocracia é um sistema ou modelo de hierarquização e premiação baseado nos méritos pessoais de cada indivíduo. MICHAELIS, Dicionário online, acesso 10/09/2019

⁴⁰ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018

⁴¹ CARTOGRAFIA DOS DESEJOS E DIREITOS: **Quem são as pessoas que estão em situação de rua afinal?** “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador

embranquecimento, “em caráter anedótico, alguns dos participantes justificaram sua autodeclaração com relação a cor parda dizendo que esta era a cor que constava em suas certidões de nascimento⁴²”.

São informações que corroboram com a análise de como o racismo estrutural, através da ideologia do mito da democracia racial, da miscigenação como evolução para os corpos pretos, atravessa de maneira invisibilizadora e racista a vida da população “cabe destacar que as pessoas em situação de rua (assim como a população em geral) no Brasil são tratadas de forma diferenciadas em relação à cor da pele como forma de expressão do racismo⁴³”, então uma parte da população afrodescendente não consegue se reconhecer e se afirmar enquanto negras, reproduzindo o racismo.

1.3. A IDENTIDADE RACIAL DAS MARIAS QUE OCUPAM AS RUAS

“Já estava cansada de viver às margens da vida.”

Carolina Maria de Jesus

Como já apontado nos tópicos anteriores, o racismo é a opressão basilar condicionante para a manifestação da questão social, pessoa em situação de rua.

Consequência gerada pelas novas formas de apresentação das relações sociais, após a abolição da escravização, e a inserção do sistema econômico capitalista, a população que passa a viver em situação de rua tem o seu marco de crescimento.

Esse grupo de pessoas que passam a viver em espaços públicos, tem enquanto demarcador equivalente as características étnicas dos povos descendes de África, formados por uma população heterogênea, oriundas do racismo que foi desaguado por dois polos principais: a miscigenação e a imigração.

Sendo assim, as Marias⁴⁴ que ocupam as ruas como espaço de sobrevivência, resistência, convivência e moradia, são frutos da construção social histórica do

⁴² Idem

⁴³ Idem

⁴⁴ As Marias que referencio nessa pesquisa, encontram-se como representação das diversas mulheres que encontram-se ou já se encontram-se na situação de rua. Propondo também uma singela homenagem a Maria Lúcia, corpo político militante que esteve por alguns anos de sua vida em situação de rua na idade de Salvador-BA. Lúcia, veio a óbito no ano de 2018, foi principal líder e fundadora do Movimento da População em Situação de Rua – BA.

racismo marcada por diversas opressões, rememorando a reflexão de AKOTIRENE(2018), são vidas, com ruas, vielas que são acidentadas inúmeras vezes.

No Brasil, não existem dados oficiais recentes do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, sobre o número de pessoas que encontram-se em situação de rua, assim como, quais os gêneros⁴⁵ e percentuais dos grupos étnicos que ocupam os espaços públicos do país.

É importante denunciar, que na atualidade os contextos das relações sociais com a reestruturação do capitalismo⁴⁶ e crise política republicana⁴⁷ vivenciada no Brasil, a população em situação de rua deve estar fora do censo do IBGE do ano de 2020, mesmo após sentença judicial de 17 de janeiro de 2019⁴⁸:

“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art.487, I, do CPC e defiro a tutela de urgência, para determinar que a União e IBGE tomem as medidas necessárias para inclusão da população de rua no Censo de 2020.”

Mesmo assim, nas últimas notícias⁴⁹ concedidas pelo IBGE, o órgão reafirma o que já apresentava no decorrer da ação judicial, como consta nos atos processuais, disseminando que não tem condições em realizar a inclusão e levantamento da população que ocupa os espaços públicos do país:

“O réu IBGE alega que o conceito de pessoa em situação de rua constante da legislação não se presta à realização de uma pesquisa censitária e que a fundação não tem capacidade operacional de incluir tal população no Censo de 2020⁵⁰.”

⁴⁶ Reestruturação do capitalismo: Processo de reorganização geral do modo de produção capitalista em âmbito global, que teve início nos anos setenta e prosseguiu nas décadas seguintes. Apresenta-se em diversas dimensões: econômica, política, social e cultural. (BRUNO, L. Reestruturação do capitalismo. In. OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A.M.C; VIEIRA, L.M.F; Dicionário: Trabalho, profissional e condição docente. Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Educação. 2010)

⁴⁷ O Brasil tem enquanto estrutura política organizativa uma dita, “democracia” republicana. Onde os seus representantes são eleitos enquanto representação do povo, através da lógica de política partidária, com o objetivo de representar os interesses do coletivo. Após o golpe político no Brasil, ocorrido no ano de 2016, onde foi destituída de forma golpista, o cargo da presidenta eleita diretamente pelo povo Dilma Rousseff, a crise política vivenciada no Brasil se intensificou. (CARTA CAPITAL; A pior crise de toda a história republicana; 2017; acesso em 02/10/2019)

Ação Civil Pública; 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro Processo nº 0019792-38.2018.4.02.5101 (2018.51.01.01979 **AJUIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO contra o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE e UNIÃO**⁴⁸

⁴⁹ “População de rua deve ficar fora do Censo 2020. IBGE diz que assunto está em estudo, mas ainda sem previsão” Publicado em 22/09/2018, Por Leandro Melito; Acessado em 02/10/10.

⁵⁰ Ação Civil Pública processo nº 0019792-38.2018.4.02.5101 (2018.51.01.01979; Idem.

Esse posicionamento institucional, reafirma a estrutura de um Estado racista que dissemina a lógica de higienização⁵¹, ao qual contribui diretamente com a exclusão, genocídio e extermínio da população afrodescendente que encontra-se em situação de rua.

“A população em situação de rua tem pressa, tem uma urgência histórica de ser visibilizada nessa pesquisa”. Manuel Torquato, representante da Campanha Nacional Criança Não é da Rua⁴⁷.

A última pesquisa institucional oficial realizada no Brasil, que mensura a quantidade de pessoas que se encontram em situação de rua, vem do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), publicada no ano de 2016, onde naquele período existia cerca de mais de 100 mil pessoas⁵² em situação de rua no território Brasileiro, com bases em dados do ano de 2015.

Um dos gêneros encontrados na situação de rua, é o das feminilidades⁵³: compreendo que não existe apenas uma forma de apresentar-se nas relações sociais enquanto característica, e sendo gênero uma construção social, a diversidade define a identidade de gênero.

Um estudo cartográfico, com amostragem de 1.447 pessoas em situação de rua, realizado no ano de 2017, na cidade de Salvador-BA, revela que: “a população em situação é formada majoritariamente por homens (82,6%), seguidos por Mulheres (15,9%) e *Queer* (1,5%) – incluem pessoas intersexuais e homens e mulheres transexuais”⁵⁴.

Sendo assim, esse estudo encontra-se debruçado sobre o olhar das mulheres que se reconhecem na construção do que é ser mulher: seja pela características biológica da genitália, seja pela performance da expectativa da identidade de gênero⁵⁵

⁵¹ “A higienização, ou higiene, foi o sinônimo, o termo encontrado para a eugenia”. Tendo como objetivo a eliminação de pessoa, ditas como “indesejáveis”, ao qual a ideologia afirma enquanto criminosos, antimoralistas e sem-tetos. (GIOPPO, C; Eugenia: A higiene como estratégia de segregação, 1996).

⁵² “Ao extrapolarmos os dados dos municípios com estimativa para a totalidade dos municípios brasileiros, considerando apenas a população total do Brasil e a proporção da população residente em municípios sem estimativas (30,8%), obtém-se um total de 122.890 pessoas em situação de rua no Brasil. Total da população em situação de rua = (85.040/0,692) = 122.890.” Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL; NATALINO, M.A.C; 2016)

⁵³ FERREIRA, Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojuridico, p.29, 2018,

⁵⁴ CARTOGRAFIA DOS DESEJOS E DIREITOS: **Quem são as pessoas que estão em situação de rua afinal?** Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador

⁵⁵ FERREIRA, Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojuridico, p.29, 2018

do feminino, as transgêneras⁵⁶ e travestir⁵⁷, interpretando as particularidades que atravessam esses corpos dissidentes⁵⁸.

Compreendendo que a disseminação ideológica do que é ser mulher, do que é ser feminino, é uma estratégia de dominação do patriarcado⁵⁹, do conservadorismo⁶⁰ e do sexista⁶¹, Simone de Beauvoir(1967) já afirmava que; “ninguém nasce mulher: torna-se mulher.

As mulheres que passam a ocupar os espaços públicos, como estratégia de sobrevivência, em sua grande maioria já chegam nas ruas com uma sobrecarga de violência, negações e privações de direitos, decorrente das diversas manifestações da questão social, que culminam com a sua ida para a rua.

Essas mulheres vão para a rua por vários motivos: terem rompido vínculos com os familiares, uso abuso de drogas, violência dentro da casa, falta de recurso para pagar o aluguel e, com o passar do tempo, adquirem e constroem novos valores enquanto a rua vai se constituindo em seu espaço de moradia⁶².

Contraopondo o que ALVES⁶³, apresenta acima: “enquanto a rua vai se constituindo em seu espaço de moradia”, os espaços públicos, encontram-se na vida das pessoas que estão em situação de rua para além de uma “moradia”, se configura como espaço de trabalho, de troca e articulação de vínculos: A rua se coloca como espaço de estabelecimento de parcerias e redes que se constituem a partir de diferentes contextos de interação.

Uma das características de violências, que marca tanto a situação de rua como a vida das mulheres que buscam os espaços públicos, é a exclusão: as mulheres, prioritariamente as que nasceram de uma herança genética da diáspora africana, que foram colonizadas, escravizadas e estupradas, sempre foram excluídas de toda forma de direito social, fundamentado tanto pela opressão da raça, assim como, pela guerra de classes, pelo sexismo, patriarcado e do conservadorismo.

⁵⁶ Idem

⁵⁷ Idem

⁵⁸ RODRIGUES, Alesandro; **Crianças em Dissidências, Narrativas Desobedientes da Infância**; Salvador-BA 2018.

⁵⁹ SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes, **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**, 2012

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem

⁶² ALVES, Maria Elene Rodrigues. **População em situação de rua: A violência contra a mulher me situação de rua como expressão da questão social**. Rio de Janeiro. P. 03, 2015

⁶³ Idem

Tais correntes filosóficas, contribuíram para que muitas mulheres negras passassem a viver em situação de rua, impossibilitando que as mesmas ocupassem outros espaços sociais que contribuíssem para a sua ressignificação nos espaços públicos, com equidade na reafirmação de direitos humanos.

O reconhecimento da mulher cisgênera⁶⁴ como um ser humano, individual, nutrido de direitos e proteção, é algo moderno, contemporâneo, a exclusão da mulher perpassou os diversos modelos das relações sociais.

As raízes da exclusão das mulheres da esfera pública são encontradas na pátria da democracia antiga, a Grécia. A proibição de as mulheres serem indivíduos, e portanto cidadãs, foi formulada com clareza já nos mitos fundadores da cidade de Atenas. Segundo tais mitos, os homens descenderam de um indivíduo, enquanto as mulheres eram um génos, nascido da ruptura do vaso de Pandora que trouxe o mal à terra⁶⁵.

O contexto histórico do direito das mulheres, é marcado por adversidades, segregações e invisibilidades, principalmente para as negras e indígenas. A história tenta apagar as lutas que essas mulheres sempre realizaram na sociedade, desde o período da colonização, escravização, e pós abolição no Brasil.

Como bem aponta as colunistas do Diário Esquerda, Odete e Jennifer⁶⁶: “A história oficial sempre tentou apagar a enorme resistência protagonizada pelo povo negro, especialmente as mulheres negras, com seu olhar racista e machista. Mas o “único lugar onde os negros não se rebelaram é nos livros de historiadores capitalistas”.

Por conta do racismo secular existente no Brasil, não existem muitos registros oficiais materializado da história de mulheres negras pioneiras na luta contra a escravização. Porém, elas foram fundamentais para a abolição, como é o caso das saudosas Dandara dos Palmares, Aqualtune, Adelina Charuteira, Tia Ciada, Auta Souza dentre outras.

⁶⁴Registro nesse trecho a cisgeneridade, pois a sociedade passar a reconhecer a mulher enquanto indivíduos de “direitos” as que nasceram biologicamente com genitália. Cisgênero significa, indivíduos que se identificam em todos os aspectos com o sexo (órgão reprodutor) de nascimento. FERREIRA, Guilherme; **Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**, 2018, p.10)

⁶⁵DIAS, André Luiz Freitas; ALVES, Ariana Oliveira; CUNHA, Bárbara El-dine Breguez; CASTRO, Breno Pedercini; CAMPOS, Julia Álvares; CARVALHO, Maria Cecília de Alvarenga; MARTINS, Vivian Barros. **Mulheres em situação de rua: Trajetórias de invisibilidade e exclusão na construção de identidades**. Belo horizonte

⁶⁶ CRISTIANA; Odete. TRISTA; Jennifer. Esquerda Diário; **DOSSIÊ DIA DA MULHER NEGRA, LATINA E CARIBENHA**; Dandara, Aqualtune e Luiza Mahim: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil; 25/06/2018: acessado em 15/08/2019

Compreendendo que um dos mecanismo de dominação do racismo é o epistemicídio⁶⁷, através da invisibilidade do apagamento e da deturpação da história do povo negro, as próximas linhas serão para dar visibilidade a essas diversas identidades femininas, que o racismo tenta esconder.

Na memória viva, e aos poucos materializada por suas descendentes, Dandara, foi uma grande heroína, que lutou no período da escravização, contribuiu com a fundação de quilombos como estratégias de resistências. Por volta do século XVII, o Quilombo dos Palmares foi invadido, e ao ser capturada preferiu a morte ao invés de ser escravizada novamente.

“Ainda no século XVII, participou das lutas palmarinas, conquistando um espaço de liderança. De forma intransigente, entendia que a liberdade era inegociável, enfrentando todas as batalhas que sucederam em Palmares⁶⁸.”

Outro símbolo de resistência das mulheres negra, vem de descendência direta da realeza Africana, a princesa Aqualtune, “Filha do Rei do Congo, a princesa foi vendida como escravizada para o Brasil, em razão das rivalidades existente entre os diversos reinos africanos⁶⁹”. A mesma era avó de Zumbi dos Palmares, contribui diretamente para a formação do guerreiro, e das estratégias de formação dos quilombos.

A matriarca Acotirene foi símbolo de grande representação no período da escravização, sendo uma das primeiras mulheres a habitar os povoados quilombolas da Serra da Barriga.

“Matriarca do Quilombo do Palmares, exercia a função de mãe e conselheiras dos/as primeiros/as negros/as refugiados na Cerca Real do Macacos. Era consultada para todos os assuntos, desde questões familiares até questões político-militares⁷⁰.”

A princesa Anastácia, como ficou conhecida na história, mulher negra escravizada, que se rebelou contra a violência inter cruzada que sofria do racismo, sexismo e patriarcado:

⁶⁷ “Epistemicídio se configura “pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio”. Sueli Carneiro, 2005:

⁶⁸ JOMALINIS; Emília. **Mural Memória das Mulheres Negras Espaço Pedagógico**; Apresentado na Festa dos Moradorxs, Agricultorxs e Remanescentes do Quilombo Varge, p.03

⁶⁹ Idem, p. 04.

⁷⁰ JOMALINIS; Emília. **Mural Memória das Mulheres Negras Espaço Pedagógico**; Apresentado na Festa dos Moradorxs, Agricultorxs e Remanescentes do Quilombo Varge, p.05

“Ajudava os escravos quando eram castigados, ou facilitando-lhes a fuga, de Anastácia ficou a imagem de uma mulher de grande beleza, personalidade forte, que tinha consciência da injustiça e crueldade da escravidão. Ao se negar a violência física e sexual de um homem branco e para não mais pregar contra escravidão, recebeu o castigo de usar uma mordaza de folha de flandres e uma gargantilha de ferro, podendo apenas se comunicar pelos olhos⁷¹.”

Líder do Quilombo Quariterê, Teresa de Benguela, grande representação de resistência da comunidade quilombola, incomodava bastante a grande corte, pois o seu quilombo eram um dos maiores, além de receber os brasileiros refugiados, acolhia os índios bolivianos:

“Isso incomodou muito as autoridades das coroas, espanhola e portuguesa. A coroa portuguesa, junto à elite local agiu rápido e enviou uma bandeira de alto poder de fogo para eliminar os quilombolas. Tereza de Benguela foi presa. Não se submetendo a situação de escravizada, suicidou-se. O dia de 25 de julho é instituído no Brasil, pela lei número 12.987, como o dia nacional de Teresa de Benguela e da mulher negra⁷².”

Maria Felipa, uma potente heroína na luta pela independência da Bahia, nasceu enquanto mulher escravizada, mas conseguiu a sua liberdade ainda em vida:

“Aprendeu a luta da capoeira para vadiar e se defender. Queria que o Brasil se libertasse da dominação portuguesa, que para ela era a única responsável pela escravidão dos seus avós e descendentes. Para cumprir seu destino, começou se escondendo no outeiros da Fazenda 27, em Gameleira (Itaparica), para acompanhar, durante a noite, a movimentação das caravelas lusitanas. Em seguida, tomava uma jangada e ia para Salvador, passar as informações para o Comando do Movimento de Libertação⁷³”.

Luiza Mahim, ex-escravizada, de etnia jeje-nagô, de origem de Mahi, mãe de Luís Gama, já exercia o trabalho fora de casa como mulher “livre”, através do comércio informal como ganhadeira, lutou bravamente pela libertação do seu povo, sempre se revelou na história em uma perspectiva decolonial e de resistência.

“Luiza pertencia à nação nagô-jeje, originária do Golfo do Benin. Era do povo Mahin, daí seu sobrenome. Ela sempre negou o batismo e manteve suas tradições africanas acima das doutrinas cristãs. Sua casa teria sido o quartel general da Revolta dos Malês em 1835. Atuou em levantes escravos que ocorreram na Bahia nas primeiras décadas do século XIX, entre eles a Revolta dos Malês, em 1835, e a Sabinada, em 1837⁷⁴.”

⁷¹ Idem, p. 12

⁷² Idem, p. 13

⁷³ JOMALINIS; Emília. **Mural Memória das Mulheres Negras Espaço Pedagógico**; Apresentado na Festa dos Moradorxs, Agricultorxs e Remanescentes do Quilombo Varge, p. 22

⁷⁴, Idem p. 05

Antonieta de Barros, jornalista, criou e dirigiu em Florianópolis o jornal “A Semana”. Foi a primeira mulher negra a ocupar os espaços de representação política na república Brasileira:

“Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas, filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e elegeu-se deputada estadual (1934-37). Tornou-se, desse modo, a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil. Foi também a primeira mulher a participar do Legislativo Estadual de Santa Catarina. Após a queda do Estado Novo, concorreu a deputada estadual nas eleições de 1945, obtendo a primeira suplência pela legendado Partido Social Democrático (PSD). Assumiu a vaga na Assembleia Legislativa em 1947 e cumpriu seu mandato até 1951⁷⁵”.

Importante escritora, Carolina de Jesus, mulher negra, garantiu o sustento da família através do recolhimento de papel, deve sua escrita traduzida em diversas línguas.

“Morando na favela do Canindé, garantia seu sustento e de seus três filhos catando papel, onde encontrou uma caderneta e passou a registrar seu cotidiano de favelada e denunciando a realidade excludente em que viviam os negros. Descoberta por um jornalista, em 1960, teve seu diário publicado com o título “Quarto de Despejo” que vendeu mais de 100 mil exemplares e foi traduzido para 29 idiomas e impressionava o mundo pela força de sua narrativa e pelo depoimento que retratava a fome e a miséria dos favelados⁷⁶.”

Fundadora do Movimento de População de Rua, Maria Lúcia, viveu em situação de rua da adolescência até o início da fase adulta: “O ódio me ajudou a sustentar a vida nas ruas todos esses anos” Maria Lúcia⁷⁷. Nordestina arretada, Lúcia foi uma mulher pioneira na defesa dos direitos da população em situação de rua, lutou pela implementação da Política da População decreto nº 7.052 de 23 de dezembro de 2009.

“Me desafiaram, eu adoro um desafio” Maria Lúcia, in memorian!

A história de luta do direito das mulheres negras, é sempre contada através de uma perspectiva racista, rememorando Almeida⁷⁸, em uma sociedade racista os frutos das reproduções das relações serão racistas.

Ressaltando a herança genética das Marias que encontram-se nas ruas, que é perpassado por essas guerreiras ancestrais, que lutaram e lutam, por um outro

⁷⁵ Idem, p. 19

⁷⁶ JOMALINIS; Emília. **Mural Memória das Mulheres Negras Espaço Pedagógico**; Apresentado na Festa dos Moradorxs, Agricultorxs e Remanescentes do Quilombo Varge p. 07

⁷⁷ **FILHA DA RUA**. Webdocumentário. Brasil. 2014:

⁷⁸ ALMEIDA, Sílvia de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018

modelo de sociedade e de relações sociais, onde o respeito a garantia do direito a diversidade do ser humano, não seja um favor em pauta, e sim um direito inegociável.

Então ao refletirmos sobre as mulheres que encontram-se em situação de rua, rememoremos que além das violências que atravessam a vida desses corpos, nas veias de cada história, pulsa força, resistência e muita LUTA!

2. AS MARIAS EM SITUAÇÃO DE RUA, A QUAL CLASSE PERTENCEM ESSES CORPOS?

Partiremos de uma leitura das relações econômicas feudais e capitalistas, ao qual proporcionaram o demarcador antagônico de classes sociais. Horizontalizando a compreensão de como o sistema capitalista tem enquanto sua locomotiva a opressão racial de sustentação e controle das relações sociais.

Sendo a intersecção das opressões de raça e classe, os combustíveis para a manifestação da expressão da questão social, pessoa em situação de rua.

Problematizando, como a construção binária de gênero, se constrói como estratégia de exclusão das mulheres negras das relações econômicas formais da sociedade capitalista.

2.1. A SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM A SITUAÇÃO DE RUA

O ódio racial, é o “suporte natural” da exploração do capitalismo.
Oliver Cox

Diversos fatores, tanto no âmbito econômico como no político, contribuíram com o fim do modo de produção Feudal, onde tais relações sociais baseavam-se prioritariamente no trabalho com a terra e no escambo (troca de serviço e/ou mercadoria).

O encerramento desse ciclo, contribuiu para o surgimento do sistema vigente, o capitalismo.

No final da Alta Idade Média ocorreram profundas mudanças na estrutura feudal, que introduziram parte da sociedade a uma dinâmica urbana e comercial. Sobre estas mudanças estruturavam-se as principais causas da crise do sistema feudal, que pouco a pouco, tomava forma do capitalismo mercantil dominante durante a Idade Moderna⁷⁹.

CATANI⁸⁰, ressalta que essa transição das relações sociais, “são, no conjunto, de processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais

⁷⁹ FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO**, p.01, 2007.

⁸⁰ CATANI, Afrânio Mendes; **O que é capitalismo**; Editora brasiliense; 1980

geradas na desintegração do feudalismo, em curso, para a constituição do modo de produção capitalista”.

O poder econômico e político da época Feudal, encontrava-se descentralizados entre as classes dos senhores (os nobres) os proprietários das terras, e a igreja católica, o clero (padres, bispos, papas), a qual tinha grande poder perante os servos (trabalhadores feudais), NETTO e BRAZ, aponta como funcionava a estrutura organizacional daquele período:

Feudos, unidades econômico-sociais: base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre(senhor), que sujeitava os produtores direitos(servos), bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e os servos – e é preciso recordar que a Igreja católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza e com ela se identificava, detinha grandes extensões de terra, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder⁸¹.

O cristianismo, religião predominante da Europa na época, investiu em expedições marítimas denominadas de Cruzadas da Igreja Católica, onde militares tinha o principal intuito de conquistar, explorar e manter o território sobre domínio cristão.

O aumento populacional, foi outro grande fator que contribuiu para estas explorações e invasões em novas terras, pois a produção agrícola da região já não comportava as necessidades do crescimento humano.

Também no século XI iniciaram-se as Cruzadas. Com as idas e vindas do Oriente, muitas rotas comerciais que haviam desaparecido com o fim do Império Romano Ocidental ressurgiram, como também apareceram novas rotas que ligavam o Ocidente do Oriente⁸².

As cruzadas proporcionaram a Europa um renascimento comercial⁸³, sendo esse um dos grandes condicionantes para o surgimento de uma nova classe, os chamados burgos: com a decadência do sistema feudal, os burgueses contribuíram fortemente com o comércio, investindo na criação de feiras comerciais, onde a relação de compra e venda, baseava-se através da moeda de troca.

⁸¹ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, 2012

⁸² FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO**, p.01, 2007.

⁸³ O surgimento / renascimento de rotas comerciais com o Oriente, aliada à existência de um excedente agrícola comerciável permitiu que ocorresse um importante fenômeno para o surgimento do capitalismo: a Revolução Comercial; Idem

Com o crescente do comércio e com o renascimento das atividades urbanas surgia também uma nova classe de pessoas: os burgueses. Inicialmente as cidades que cresciam perto dos castelos dos senhores feudais eram chamadas de burgos, e o termo burguesia se referia a todas as pessoas que habitavam os burgos. Mas com o tempo, a burguesia passou a referenciar uma classe de pessoas que se destacavam nas atividades comerciais urbanas, detendo domínio do capital e dos meios de produção⁸⁴.

É neste contexto que o dinheiro começa a ganhar importância nas relações sociais no final da Idade Média, tornando-se essencial, e substituindo gradativamente o escambo.

Essa inserção da moeda nas relações sociais possibilitou a criação de casas bancárias, que se já inseriam sobre a lógica da operacionalização de empréstimo à juros.

Nesse período, o sistema feudal europeu encontrava-se em colapso e os senhores feudais com grandes dívidas, muitas decorrentes dos investimentos nas cruzadas. Em contrapartida os comerciantes/banqueiros gradativamente iam enriquecendo, adentrando a um status de nova classe social, uma categoria influente, que angariava prestígio perante a realeza, a qual pelo nova relação de “dependência financeira” realizava concessões ao comércio que favorecia a burguesia.

Essa classe de mercadores, que passou a ser chamada de burguesia, contribuiu para as grandes transformações nas relações sociais, utilizando enquanto principal estratégia, a alteração do pensamento e das ideias, que no decorrer da história ficou conhecido como movimento Renascentista.

Culminâncias históricas na transição social, teve grande influência da burguesia, tal como a difusão do conhecimento, possibilitando que a educação não fosse algo exclusivo da igreja católica, e ampliando o conhecimento para além das questões religiosas, passando a estudar e problematizar as questões terrestres, sendo difundida entre os filhos da burguesia, que tinham enquanto principal intuito a preparação de seus sucessores para atuarem no comércio e com o direito.

NETTO E BRAZ⁸⁵, apresenta uma contribuição importante sobre as ideias de Karl Marx, sobre as potencialidades da burguesia, frente as relações econômicas sociais:

⁸⁴ FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO**, p.01, 2007

⁸⁵ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, 2012

“a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu ascenso era o inequívoco indicados: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadoria ocupa o centro da vida econômica⁸⁶.

Durante o século XVI, a Europa encontrava-se submerso em crises geradas pela fome, epidemias e guerras, sendo a população pobre a mais atingida.

Além das dificuldades vivenciadas pela crise do feudalismo, essa população sofria com as elevadas jornadas de trabalho e os altos impostos cobrados pela realeza.

Com o campo despovoado (consequência dos fluxos migratórios rumo as cidades), a estagnação tecnológica, a queda na produtividade do solo, as mudanças climáticas e a expropriações das terras cultiváveis, a produção de alimentos caiu consideravelmente. Os senhores feudais passaram, desta forma, a explorar a massa servil e o campesinato que habitavam o campo, gerando vários movimentos, acompanhados de motins e revoltas que surgiam nas cidades em função do desemprego. Toda esta situação de fome estava acentuada pelo número de pessoas que habitavam a Europa na época. Além da fome, a crise do sistema feudal acentuou-se pelas intensas pestes que se alastravam pela Europa, dizimando boa parte da população⁸⁷.

Essa população, chamada de servos, tencionou diversas rebeliões que culminou no abandono dos feudos, e na imigração para as zonas urbanas, as cidades, onde passaram a trabalhar a serviço dos burgueses, adentrados a uma nova lógica ainda precária na relação de trabalho, enquanto categoria assalariada.

No regime feudal o excedente produzido pelos servos era expropriado mediante o monopólio da violência (real e potencial) exercido pelos senhor que, ademais, administravam a justiça no limite dos seus feudos. Todos os testemunhos históricos documentam a vida miserável que então cabia aos servos, bem, como o ódio que devotavam a seus senhores, a quem deviam, ainda, o compromisso de não se afastar dos feudos (com efeito, o servo estava “preso à terra” e as mudanças ou fugas eram duramente punidas); não é por acaso, portanto, que as rebeliões camponesas tenham marcado tão a baixa Idade Média⁸⁸

⁸⁶ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 86-87, 2012.

⁸⁷ FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO**, p.02, 2007

⁸⁸ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 81, 2012.

São esses conjuntos de fatores decorrentes no continente europeu, como as cruzadas, o surgimento da moeda, a expansão do comércio, a ascensão da nova classe social (a burguesia), a ocupação de novos territórios, e o aparecimento da mão de obra assalariada, que contribuíram para o fim do período feudal na Europa e a inserção da nova ordem socioeconômica, o capitalismo comercial.

Já no final da Alta Idade Média ocorreram profundas mudanças na estrutura feudal, que introduziram parte da sociedade a uma dinâmica urbana e comercial. Sobre estas mudanças estruturavam-se as principais causas da crise do sistema feudal, que pouco a pouco, tomava forma do capitalismo mercantil dominante durante a Idade Moderna⁸⁹.

Tais transformações sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais marcaram a transição da chamada Idade Média ou Período Medieval, para a Idade Moderna, demarcando na história o início de novas relações sociais, baseada prioritariamente no modo de produção chamada capitalismo.

CATANI⁹⁰, apresenta a contribuição ideológica de Karl Marx, que definiu como um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distintas da sociedade.

A fase inicial do capitalismo, é atrelada a expansão do comércio, denominada de capitalismo comercial ou mercantilismo⁹¹, durando aproximadamente 300 anos.

O comércio⁹² tornou-se principal fonte de riqueza na Europa, superando o modo de produção econômico baseada exclusivamente na agricultura e no escambo. NETTO E BRAZ⁹³ apontam que a “produção mercantil⁹⁴, surgiu já sob o escravismo e desenvolvendo-se no feudalismo, especialmente a partir do século XIII”.

A expansão do capitalismo comercial, possibilitou aos europeus as diversas expedições marítimas em busca de novas terras e riquezas naturais, essa invasão em outros continentes, foi denominada de colonização, sendo estes conjunto de fatores

⁸⁹ FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO**, p.01, 2007

⁹⁰ CATANI, Afrânio Mendes; **O que é capitalismo**; Editora brasiliense; 1980

⁹¹ Principais característica do mercantilismo: controle estatal da economia – o rei controlava o mercado; protecionismo – proteção do mercado interno; metalismo – acúmulo de metais preciosos e a balança comercial favorável – mais [exportação](#) do que importação. (FERLA; ANDRADE, 2007)

⁹² Os comerciantes/mercadores, no interior da sociedade feudal, foram se tornando protagonista econômico importante. Seus interesses chocavam-se com os da nobreza feudal, mas nos primeiros momentos com o Estado absolutista: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez;2012

⁹³ Idem. 81, 2012

⁹⁴ A produção mercantil simples, se assenta em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesões e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção que empregavam. Idem

que combinam com as invasões das Américas, especificamente nas terras de Pindorama.

O desenvolvimento do comércio, a partir do século XIII, vai contribuir para alterar significativamente a produção mercantil simples. A pouco e pouco, com a crescente intervenção dos comerciantes, os mercados locais perderão sua importância, serão diversificados e estendidos e, em alguns casos, substituídos por outros, graças a ampliação de rotas comerciais⁹⁵.

Durante os violentos séculos da colonização das terras de Pindoramas, atual Brasil, ainda sobre o modo de produção feudal, o capitalismo que começa a adentrar a América Latina, já vivenciava as crises cíclicas⁹⁶ produzidas pelo sistema, caminhava para a segunda fase, chamada de capitalismo industrial, baseando nas teorias liberais econômicas, que contestam a participação do Estado absolutista⁹⁷ na economia.

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras o modo de produção capitalista torna-se dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, força possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo⁹⁸.

As principais características desse período são as revoluções tecnológicas e políticas; a inserção da máquina a vapor, e a substituição do trabalho manufatureiro pelo combustível para a revolução industrial e a revolução francesa.

CATANI⁹⁹, relata que essa revolução é uma marca significativa nas fases de expansão do capitalismo:

A fase crucial da ascensão do capitalismo é representada usualmente pela chamada “revolução industrial”, quando uma série de inovações técnicas que submetiam a potência mecânica – primeiro, a energia hidráulica, depois o vapor – à produção transformou o processo de produção, transferindo-o do processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores¹⁰⁰.

⁹⁵ Idem, p. 94, 2012

⁹⁶ A crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. Por conta dessas características, é que as crises do capital são cíclicas. Idem

⁹⁷ O estado absolutista representou a resposta dos senhores à rebeldia dos servos: seu caráter de classe mostrou-se óbvio – foi um notável reforço para combater as mobilizações camponesas. Idem

⁹⁸ CATANI, Afrânio Mendes; **O que é capitalismo**; Editora brasiliense; p. 105, 1980

⁹⁹ Idem

¹⁰⁰ Idem

A revolução francesa ou revolução da burguesa, buscou dominar a organização política, social e econômica, onde a lógica de poder, oferecia privilégios a uma pequena parcela da população e concedia poucos direitos ao povo, com o lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, liberdade, igualdade e fraternidade para quem? A própria burguesia!

A revolução burguesa, vê-se, constitui mesmo toda uma época de revolução social – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/1689 (Inglaterra) e 1789 (França)¹⁰¹.

Esse novo modo de produção, aumentou a produtividade, a diminuição dos valores das mercadorias e elevou a acumulação do capital. Em contra partida esse avanço só foi possível a partir da exploração do povo, através de novas condições precárias de trabalho, jornadas de trabalho muito altas e diminuição dos salários e o aumento do desemprego.

“O capitalismo industrial ‘propõe’ a formação de uma periferia, produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, que dizer, mediante trabalho assalariado” e não só o trabalho assalariado, mais o exército industrial de reserva¹⁰².

A fase seguinte do capitalismo, é denominada de capitalismo financeiro¹⁰³, onde banqueiros e empresários se unem na busca pelo aumento do lucro, marcando um novo fenômeno que aumenta a riqueza da burguesia por especulação.

Surgindo as empresas multinacionais e transnacionais, fortalecendo as práticas do capital monopolista¹⁰⁴, que se baseia as relações do Estado com as instituições financeiras e dos grandes grupos empresariais. “Em poucas décadas, esses gigantescos monopólios (centrados na indústria pesada) extravasariam as fronteiras nacionais, estendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo”.

¹⁰¹ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 87, 2012

¹⁰² *apud*, CATANI, Afrânio Mendes; **O que é capitalismo**; Editora brasiliense; p. 109, 1980

¹⁰³ A fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, 2012

¹⁰⁴ O grande capital do final do século XIX e início do século XX, ficou demarcado como capital monopolista, firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas. Idem

NETTO e BRAZ¹⁰⁵, aponta que. “O aparecimento, em menos de trinta anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica”.

Foi um período caracterizado por elevada concorrência internacional, monopólio comercial, evolução tecnológica, globalização e elevadas taxas de urbanização.

Tais políticas liberais¹⁰⁶, condicionou uma das piores crises econômicas, que culminou após a grande depressão 1929 e a Segunda Guerra Mundial. As ações tomadas pela classe dominante, foi a intervenção do Estado para salvar o mercado, adotando o sistema Keynesiano, que defendia a interferência do Estado na economia para evitar a crise, garantindo consumo e emprego, chamado de política do Estado de bem estar social¹⁰⁷.

De acordo com Keynes, o capitalismo não dispõe espontânea e automaticamente da faculdade de utilizar inteiramente os recursos econômicos; seria preciso, para tal utilização plena (que evitasse as crises e suas consequências como o desemprego maciço), que o Estado operasse como um regulador dos investimentos privados através do direcionamento dos seus próprios gastos – numa palavra, Keynes atribuía papel central ao orçamento público enquanto indutor de investimento¹⁰⁸.

Vale ressaltar que a formação do Estado, é uma das estratégias de manutenção e controle do capitalismo, sendo a ferramenta que reprime a existência de diversos atores sociais, impondo limites e ordenamentos que beneficie o sistema capitalista, “sem liberdade individual, igualdade formal e propriedade privada não poderia haver contratos, mercado, e portando, capitalismo.”

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da própria privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das

¹⁰⁵ Idem p. 90, 2012

¹⁰⁶ O pensamento liberal é uma doutrina filosófica e econômica que teve início com o fim da sociedade feudal, nos meados dos séculos XIX até o século XX, cujos principais teóricos foram David Ricardo e principalmente Adam Smith. O liberalismo fundamentava-se nos princípios do individualismo, dos direitos naturais, trabalho como mercadoria e do mercado livre como centro da sociedade. (PINTO; GONDIM, 2017)

¹⁰⁷ “Após a grande depressão de 1929 e a segunda guerra mundial, o arranjo social estabilizador resultou no regime fordista de acumulação e no Welfare State. A produção industrial em larga escala e o consumo de massa foram articulados com a ampliação de direitos sociais e políticas de integração de grupos sócias ao mercado consumidor.” ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p.204-205 2018

¹⁰⁸ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 208, 2012

múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação¹⁰⁹.

ALMEIDA¹¹⁰, compreende que após duas culminâncias econômicas históricas, a grande depressão e a Segunda Guerra Mundial, o racismo assume novos mecanismos de opressão.

A produção industrial em larga escala e o consumo de massa foram articulados com a ampliação de direitos sociais e políticas de integração de grupos sociais ao mercado consumidor. Entretanto, mesmo o Estado Social Keynesiano, ou Welfare State, foi incapaz de lidar com os problemas sociais que estruturam o capitalismo. A desigualdade é um dado permanente do capitalismo, que pode ser, a depender de circunstâncias históricas e arranjos políticos específicos, no máximo, maior ou menor¹¹¹.

Sendo que por volta dos anos 80¹¹², o keynesianismo perde força e surge a implementação do Estado mínimo, de pouca participação estatal na economia; um Estado neoliberal, a qual defende as próprias regras do mercado e que vão garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

É, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. O “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital¹¹³.

O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privado) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado. A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar as suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia¹¹⁴.

¹⁰⁹ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p.93 2018

¹¹⁰ Idem

¹¹¹ Idem

¹¹² “a ilusão dos “anos dourados” é enterrada em 1974-1975, num processo inédito no pós-guerra, registra-se então uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas e a que se seguiu outra, em 1980-1982, na qual se constatou que “ as taxas de lucro voltam a descer ainda mais. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, 2012

¹¹³ Idem; p. 237/238

¹¹⁴ Idem; p. 223

Nos últimos anos da contemporaneidade, o sistema inicia uma nova fase de dominação e exploração, denomina de capitalismo imperial¹¹⁵, onde o capital torna-se industrialmente mais tecnológico, utiliza-se de forma mais agressiva na busca de mercado, passando a adquirir abrangência mundial, passando a ser controlado por empresas multinacionais e por grandes bancos.

A configuração do capitalismo que designamos como contemporânea inicia-se nos anos setenta do século XX e continua a ter no centro da sua dinâmica o protagonismo dos monopólios – vale dizer, o capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do estágio imperialista¹¹⁶.

A estratégia investida a partir do século XXI, NETTO E BRAZ¹¹⁷, denomina de resposta articulada sobre um tripé envolvendo a reestruturação produtiva, a financeirização do capital¹¹⁸ e a ideologia neoliberal.

As transformações por que vem passando a economia do imperialismo, nesta sua terceira fase ainda em desenvolvimento, consiste no processo que alguns analistas designam como financeirização do capital. Apud; foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneira da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos [...] decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo¹¹⁹.

Almeida, apresenta que " a crise do Estado de Bem-Estar Social e do modelo fordista de produção dá ao racismo uma nova forma.

¹¹⁵ A configuração do capitalismo que designamos como contemporânea inicia-se nos anos setenta do século XX, e continua a ter no centro da sua dinâmica o protagonismo dos monopólios. Com efeitos, a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta à de setenta, pos fim aos “anos dourados”, levou o capital monopolista a um conjunto de articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram e estão ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estado e nações mostram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 223; 2012

¹¹⁶ Idem, p. 208, 2012.

¹¹⁷ Idem;

¹¹⁸ Idem p.123

¹¹⁹ “O capitalismo na contemporaneidade, o mercado de trabalho foi substantivamente alterado: com a reestruturação produtiva, nas grandes empresas o conjunto de trabalhadores qualificados e polivalentes que mencionamos há pouco e que dispõem de garantias e direitos constitui um pequeno núcleo; o grosso dos outros trabalhadores, conformado uma espécie de anel em torno desse pequeno núcleo, muitas vezes está vinculada a outras empresas(terceirização de atividades e serviços) e submetido a condição de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele núcleo – alta rotatividade, baixos salários, garantias diminuídas ou inexistentes etc.” NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 231, 2012 .

O fim do consumo de massa como padrão produtivo predominante, o enfraquecimento dos sindicatos, a produção baseada em alta tecnologia e a supressão dos direitos sociais em nome da austeridade fiscal tornaram populações inteiras submetidas às mais precárias condições ou simplesmente abandonadas à própria sorte, anunciando o que muitos consideram o esgotamento do modelo expansivo do capital¹²⁰.

Como articulado nos tópicos acima, o sistema político econômico imposto aos brasileiros é o capitalismo, que tem enquanto principais características: o lucro e a acumulação da riqueza, sendo este o principal objetivo capitalista; o poder “decisório” nas relações sociais, a propriedade privada, a economia de mercado, o acirrando na guerra entre classes sociais, o exército industrial de reserva, o consumo compulsório, os esvaziamentos do signos de resistência, através da controle do conhecimento.

Os processos capitalistas têm revolucionado todas as dimensões da vida humana, no sentido de colocá-las a favor da concentração do capital em poucas mãos, sendo a classe trabalhadora que mais tem sofrido com os efeitos deletérios. As transformações capitalistas têm contribuindo significativamente no aprofundamento do desemprego estrutural, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento das desigualdades sociais, que se expressa em diversas expressões da questão social¹²¹.

Marx, afirma que na sociedade capitalista, as relações sociais, são dívidas em duas classes, de um lado os capitalistas, a burguesia, detentora dos meios de produção, do outro os proletariados, a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho como forma de garantir a sua existência.

Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho.” O modo econômico vigente, desde da sua origem, segue em busca da sua lógica perversa de dominação social, a concentração da riqueza, dos meios de produção na mão de um classe reduzida (a burguesia), enquanto reinventar as formas de dominação e exploração da classe trabalhadora (o povo).¹²²

Adentrados a esta nova fase do capitalismo, as novas alterações do capital, afeta de modo relevante o mundo do trabalho, aprofundando a imersão da crise estrutural do desemprego, intensificando, a precarização do trabalho, o aumento das jornadas das atividades de produção, a redução salarial, as perdas das conquistas

¹²⁰ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 205/206, 2018

¹²¹ GONDIN, Antônio Beethoven Carneiro; PINTO, Régia Maria Prada; **Trabalho e população em situação de rua: Uma análise à luz da questão social**; VIII Jornada de Políticas Públicas; p. 02 2017

¹²² NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 108, 2012

dos direitos do trabalhadores; ampliando a terceirização dos serviços, e contribuindo com a flexibilização das relações trabalhistas.

NETO E BRAZ¹²³, apresentam uma contribuição bem importante para atual fase do capitalismo, sendo um reflexo a intensificação do aumento da população em situação de rua na sociedade brasileira.

O capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em um fenômeno permanente, se nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre “tacas aceitáveis” e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva¹²⁴.

O capitalismo, contribui diretamente para a precarização do trabalho, historicamente tem criado diversos mecanismos de exclusão e controle da classe trabalhadora. “O capitalismo necessita permanentemente do exército industrial de reserva, ou seja, um contingente de proletários sobrantes, não absorvidos pelas indústrias, como uma estratégia fundamental no circuito da acumulação do capital¹²⁵”

São esses acirramentos históricos na luta de classe, que na sociedade brasileira são fincadas através do racismo estrutural que excluíram historicamente a população negra do acesso a riqueza produzida, e a inserção dessa população no mundo formalidade e com qualidade na relação de trabalho, aprofundamento das desigualdades sociais, como apontam GOLDIN E PINTO¹²⁶: “A lógica do capital tem contribuído para o acirramento das desigualdades e para o agravamento das expressões da questão social¹²⁷, em destaque o fenômeno população em situação de rua. De acordo com Marilda lamamoto:

A “questão social” eclodiu na segunda metade do século XIX como um fator perturbador da ordem burguesa, e impondo em caráter de urgência a intervenção do Estado e da burguesia. Sendo assim, a “questão social” são as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado¹²⁸.

Alguns autores, partem da perspectiva que a população em situação de rua, é oriunda das desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista,

¹²³ Idem

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ GONDIN, Antônio Beethoven Carneiro; PINTO, Régia Maria Prada; **Trabalho e população em situação de rua: Uma análise à luz da questão social**; VIII Jornada de Políticas Públicas; p. 02 2017

¹²⁶ Idem

¹²⁷.Idem

¹²⁸ Idem

como apresenta GONDIM e PINTO¹²⁹: “Segundo Lúcia Lopes, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho”.

Porém, sigo reafirmando como já apresentado no primeiro capítulo, onde a opressão basilar para a situação de rua é o racismo, o qual é culturalmente estruturado e advém do Brasil no período da colonização e escravização, mas o modo de produção capitalista intensificou o aumento dessa população nos espaços públicos, com a exclusão desses corpos do mercado de trabalho.

Historicamente, o racismo foi e ainda é um fator de divisão não apenas entre as classes, mas também no interior das classes. Nos momentos de crise, em que há aumento do desemprego e rebaixamento dos salários, o racismo desempenha um papel diversionista bastante importante pois os trabalhadores atingindo pelo desemprego irão direcionar sua fúria contra as minorias raciais e sexuais, que serão responsabilizadas pela decadência econômica por aceitarem receber salários mais baixos, quando não pela “degradação moral” a que muitos identificarão como motivo da crise.¹³⁰

Tal escurecimento¹³¹ que ALMEIDA¹³² apresenta, demarca que a produção do racismo, reproduz geracionalmente os conflitos e antagonismos nas relações sociais entre as classes divididas no modo de produção capitalista.

Intensificando os conflitos entre os grupos sociais dentro da classe proletariada, onde os demarcadores étnicos raciais, da diversidade sexual e gênero, irão aprofundar e tencionar as relações de conflitos e exclusão entre os pares na relação do capital e trabalho.

¹²⁹ Idem

¹³⁰ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 87, 2018

¹³¹ Apresentado a palavra “escurecimento”, atrelado a perspectiva de decolonialidade do aniquilamento do racismo estrutural, que implementou na língua portuguesa a compreensão de diversas narrativas que reafirma a falsa democracia racial, onde a palavra “clareamento” apresenta-se em uma perspectiva de desvelar as ideias e/ou história. Porém para o movimento negro, compreender a verdadeira história da sociedade brasileira se faz necessário escurecer as ideias para demarcar que o racismo encontra-se na construção dessa nação brasileira.

¹³² ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 90, 2018

2.2. A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO NO COTIDIANO NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA

“Você pode me riscar da história com mentiras lançadas no ar. Pode me jogar contra o chão de terra, mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar”.

Maya Angelou

As mulheres negras na sociedade Brasileira, sempre desenvolveram papéis fundamentais para a produção de riquezas das classes dominantes. Esses corpos traficados através do mar atlântico, desaguam nas terras das Palmeiras enquanto mercadoria, mão de obra escravizada que durante mais de três séculos, vivenciou as piores violências na relação do ser humano com o trabalho.

Essas mulheres na condição de escravizadas, empregavam a sua força de trabalho nas mais diversas formas: nas lavouras, no comércio “formal” e informal, no trabalho doméstico desde dos cuidados gerais da Casa Grande (lavar, cozinhar, limpar, passar etc.) aos cuidados na criação e educação dos filhos dos senhores feudais, contribuindo diretamente com a manutenção da economia e com a sobrevivência e existência do povo branco com qualidade de vida, desde início da colonização, adentrando e perpassando o pelo período feudal escravista.

Negros e negras de diferentes profissões – artesãos, cozinheiras, carregadores, vendedores, prostitutas e até mesmo pedintes-garantiam a renda e o sustento de grande partes das familiar cariocas. Havia também, como já enfatizado, os negros que atuavam mais diretamente no serviço doméstico. Estes em geral, não participavam das atividades de ganho nas ruas. Eram responsáveis pela manutenção da casa: cozinheiras, aias, amas-de-leite, lavadeira, dentre outros¹³³.

Vale ressaltar, que nesta passagem acima, discordo um pouco da narrativa do autor, pois historicamente, quem sempre esteve ligado aos serviços domésticos tem um gênero específico que é o feminino, demarcado racialmente enquanto corpo negro.

Acrescentando que, estas mulheres negras, também estavam inseridas nas atividades no ganho nas ruas, através dos trabalhos como quituteiras. Elas ainda contribuía com a compra de cartas de alforria, realizavam serviços domésticos terceirizados em outras famílias de senhores feudais ou eram impostas a prostituição dos seus corpos.

¹³³ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, 2008

Com a abolição da escravização no Brasil, a falácia sobre a compreensão racial já construía bases nas relações sociais, atacando de maneira mais estrutural compondo um projeto político de um Estado racista. O mesmo implementou estratégias ao qual contribuiu com o aniquilamento e exclusão dos corpos negros das novas relações do trabalho capitalista.

Coadunando com o que apresenta THEODORO¹³⁴, “observa-se, assim, que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi feita via intervenção direta e decisiva do Estado e sob inspiração da ideologia racista que então se consolidava”.

O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e o que serão mortos. E que se entenda a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição. A outra função do racismo é permitir que se estabeleça uma relação positiva com a morte do outro¹³⁵.

Tal característica que o Estado assume, Foucault vai denominar de biopoder, que serão percebidas na sociedade a partir das mudanças econômicas do século XIX, onde o sistema racista determina quais os corpos estarão para viver e quais serão para morrer.

Retomando a transição econômica da idade média, a substituição da mão-de-obra negra escravizada, pela população imigrante branca, contribuiu de modo incisivo para a exclusão da população negra dos trabalhos assalariados e formais, e enquanto pessoas livres, aprofundando a construção do mercado de trabalho informal, em setores de subsistência, precários e em atividades mal remunerada.

O perfil de ocupação da força de trabalho, assumirá, então, nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e ocupa-se cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população de escravos então liberados, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais se dedicava seja à economia de subexistência, seja a alguns ramos ligados aos pequenos serviços urbanos. Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela

¹³⁴ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, 2008.

¹³⁵ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 15, 2018

entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas¹³⁶.

Vale ressaltar a estratégia racista utilizada para a substituição da mão-de-obra escravizada, começou há mais de 30 anos antes da abolição, reflexo da movimentação econômica pré-capitalista na Europa.

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a lei de abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de uma força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência¹³⁷.

A abolição na sociedade brasileira, tem como um dos principais reflexos a revolução da economia europeia, com a inserção das novas relações sociais através do capitalismo.

Esse processo histórico tem como algumas de suas características o desenvolvimento econômico e cultural, e a abertura de novas ascensões sociais, porém uma ascensão social de cunho racista que coaduna com a lógica do modo de produção capitalista, apropriando-se da força de trabalho, controlando e coincidindo as forças produtivas.

Essas oportunidades, contudo não foram aproveitadas pelo ex-escravos ou mesmo pela população negra livre. A crescente imigração europeia, realizada com o aporte de importantes fundos públicos, alterou o perfil da mão-de-obra tanto rural como urbana. Para explicar o processo de marginalização da mão-de-obra negra na nova dinâmica econômica um dos fatores mais apontados tem sido a falta de qualificação. Apud, Hasenbalg (1979), entretanto, sustenta que os imigrantes, salvo exceções, tampouco dispunham de qualificação profissional especializada. Paralelamente, como já enfatizado, os estudos sobre ocupações profissionais especializadas de diferentes naturezas¹³⁸.

¹³⁶ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, 2008.

¹³⁷ Idem

¹³⁸ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, p. 47, 2008.

Como aponta MARX(*apud*)¹³⁹, “o modo de produção capitalista, se materializou através da acumulação primitiva compondo a pré-história do capital e do seu modo de produção, separando o trabalhador e os meios de produção”.

Para essa nova implementação política de controle social, as relações sociais precisavam tomar outros contextos, por conta dessa transição econômica imposta, o Estado brasileiro foi obrigado a “libertar” os corpos negros traficados de África, sendo o último país do mundo a abolir o regime escravocrata.

Esse processo exigia um leque de condições necessárias, sendo o trabalhador livre uma delas, que só foi possível com a dissolução do modo de produção feudal. O fim da sociedade feudal significou a libertação dos trabalhadores da servidão e das relações desumanas típicas desse regime¹⁴⁰.

Porém o final do período feudal, e a abolição da escravização, não significou o fim das relações sociais desumanas; adentrados ao capitalismo, o Brasil assumiu uma nova perspectiva racista de exclusão, a não inclusão dessa população livre na relação “formal” econômica de trabalho.

Esse mecanismo de exclusão condicionou bases firmes para a sustentação do mercado informal e para a implementação com êxito da acumulação primitiva do capital, como bem apontou MARX(*apud*)¹⁴¹, “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”.

Nessa contribuição social de Karl Marx, ele apresenta que uma das fórmulas do modo de produção capitalista, é a criação do exército industrial de reserva, que são trabalhadores disponíveis, condenados obrigatoriamente ao ócio, que terá a sua força de trabalho explorada a qualquer tempo pelo capital, o proletariado.

Uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com

¹³⁹ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, 2012

¹⁴⁰ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, 2008.

¹⁴¹ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, 2012

isso, convertem-se num dos mais energéticos agentes de sua reprodução¹⁴².

É a continuidade do racismo estrutural Brasileiro, na transição entre feudalismo e capitalismo, que aprofunda a exclusão e as violências vividas pelos corpos negros com a relação de trabalho, se tornando trabalhadores excedentes não absorvidos pelo capital, sendo esses corpos mais uma vez a base de sustentação da economia, agora no modo de produção capitalista.

O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remunerada. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, viria a ser denominada "setor informal", no Brasil¹⁴³.

A categoria trabalho, é uma atividade intrínseca para a existência humana, possibilitando ao indivíduo a satisfação das suas necessidades básicas, como comer, se alimentar, cuidar da saúde, ter lazer, educação dentre outros, parafraseando Marx, o trabalho é uma atividade coletiva, pois o homem se relaciona com outros sujeitos por meio da linguagem, da realização de trabalho, da divisão das tarefas e da troca de conhecimento.

As condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtém-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros, transforma materiais naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos de trabalho¹⁴⁴.

Além da exclusão do mercado de trabalho formal, o projeto racista do Estado genocida, não permitiu acesso a população negra ao direito da educação, pois parafraseando o pensamento de Paulo Freire, a educação é a prática da liberdade, “onde o oprimido tem condições de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”, assim, o povo será dono do seu destino, e todas as riquezas produzidas serão distribuídas equanimente.

¹⁴² NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p.77 2012

¹⁴³ THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, p. 24-25, 2008.

¹⁴⁴ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p.70 2012

A perversa herança da intersecção entre o patriarcado, o sexismo e do conservadorismo, imbricado ao racismo estrutural, negou e impossibilitou a inserção e permanência da mulher, mais especificamente da mulher negra na construção do conhecimento, desde período colonial. “De acordo com as leis portuguesas, o sexo feminino fazia parte do imbecilitus sexus, ou sexo imbecil, uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais¹⁴⁵.”

É importante afirmar que o primeiro registro de manifestação em defesa do direito da mulher em torno da educação, vem através dos povos indígenas, os quais sempre compreenderam a importância em compartilhar o conhecimento com todas(os).

A história revela que no ano de 1561, a indígena Madalena Caramuru, deixa registrado uma carta escrita a próprio punho, ao padre Manoel da Nóbrega, que denunciava os abusos do trabalho escravocrata vivenciada nas terras de Pindorama.

“A autora Arilda Ribeiro afirma ter encontrado registros de que Catarina Paraguassu, também conhecida como Madalena Caramuru, teria sido não apenas a primeira indígena, mas a primeira mulher a aprender a ler e a escrever, tendo feito uma carta de próprio punho ao padre Manoel de Nóbrega em 1561¹⁴⁶.”

A educação no Brasil desde o período colonial, sempre foi algo de privilégio para poucos, durante séculos os homens brancos eram os únicos com o direito a frequentar a educação formal, reservando para as mulheres brancas, o aprendizado nas tarefas do lar.

Já no Brasil Império é concedido o direito da menina branca receber educação dentro de casa, onde a base de ensino era como ser uma boa dona de casa; o papel da mulher, esposa e mãe: “As meninas eram educadas em casa, em que o ensino era voltado para a aprendizagem das tarefas domésticas¹⁴⁷”.

A partir do século XVIII, as mulheres brancas começam a garantir o direito a sua inclusão nas escolas, de modo institucionalmente sexista: “Em 1758 começou haver uma inclusão das mulheres nas escolas, ainda assim, de forma restrita, pois meninas e meninos jamais poderiam compor a mesma sala de aula¹⁴⁸.”

¹⁴⁵ FERNANDES, Fernanda; **A história da educação feminina**. MutiRio, Mídia educativa da cidade; Rio de Janeiro, 2019. Acessado em 10/10/2019

¹⁴⁶ Idem

¹⁴⁷ idem

¹⁴⁸ FERNANDES, Fernanda; **A história da educação feminina**. MutiRio, Mídia educativa da cidade; Rio de Janeiro, 2019. Acessado em 10/10/2019

Mesmo de forma clandestina, algumas negras e negros conseguiram se alfabetizar ainda no período da escravização. No final do período Imperial no Brasil, os homens negros começam a “garantir” o direito a educação gratuita.

As escolas públicas deveriam realizar as matrículas no noturno para os adultos do sexo masculino, que estivesse na condição de homem livre, com idade superior a 14 anos, o decreto reforça a intersecção entre o racismo e sexismo, na exclusão da mulher negra na construção do direito a educação.

DECRETO Nº 7.031-A, DE 6 DE SETEMBRO DE 1878: Crêa cursos nocturno para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do município da Côrte. Attendendo ao que me representou o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, hei por bem decretar o seguinte:

Art 1º em cada uma das escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do município da Côrte, para o sexo masculino, é creado um curso nocturno de ensino elementar para adultos, compreendendo as mesma matéria sque são leccionadas naquellas escolas¹⁴⁹.

O direito para as mulheres negras ao acesso à educação de forma institucional, só vem por volta de 1934, quando o Estado assume a responsabilidade sobre a educação, porém não assume estratégia de inserção e permanência dessas mulheres na educação: “Em 1934, com nova Constituição Federal, a educação passou a ser vista como um direito de todos, a ser ministrada pela família e pelos poderes públicos¹⁵⁰.”

O racismo estrutural da sociedade capitalista brasileira, construiu a educação de modo excludente, como mecanismo de dominação e poder, em que as opressões intercruzadas de raça, classe e gênero, não permitiram a população negra, mas principalmente a mulher negra, o acesso a uma educação de qualidade, que propiciasse a inserção desses corpos nas novas relações sociais impostas pelo capitalismo.

A exclusão da educação no Brasil, reforça os marcadores de desigualdades produzidas no país, sendo reflexo do racismo estrutural condicionando a inserção de grande parte das mulheres negras nos trabalhos informais, com baixo remuneração e em péssimas condições de trabalhos. “A precarização tem rosto de mulher, e negra.

¹⁴⁹ BRASIL; DECRETO Nº 7.031-A de 06 de setembro de 1878; Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do município da Côrte; acessado em 10/10/2019.

¹⁵⁰ FERNANDES, Fernanda; **A história da educação feminina**. MutiRio, Mídia educativa da cidade; Rio de Janeiro, 2019. Acessado em 10/10/2019

E se hoje não as vemos nas salas de aula, as encontramos 90% das vezes limpando o seu chão, em serviços terceirizados.¹⁵¹

Sendo essa falta histórica de uma educação universal, referenciada, laica, pública e com um ensino crítico e de qualidade, um dos grandes condicionantes para a inserção das mulheres negras nos trabalhos informais e precarizados.

Essa lógica perversa de exclusão do modo de produção capitalista, é o que dá sustentação a sua permanência, coadunando com a ideologia de Karl Marx, o capitalismo necessita permanentemente do exército industrial de reserva, “um contingente de proletários sobrantes, não absorvidos pelas industriais, como uma estratégia fundamental no circuito da acumulação do capital¹⁵²”.

Ainda na perspectiva marxista, “o trabalho cria valor de uso, como trabalho útil, o trabalhado é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana¹⁵³”.

Sendo assim, o trabalho é uma condição imposta para a vida das mulheres negras em situação de rua, é através historicamente dos trabalhos informais que essas mulheres têm conseguido materializar a sua existência, através da manutenção das suas necessidades básicas e urgentes.

Elas empenham as maiores estratégias de sobrevivência nas ruas para garantir cada refeição básica do dia, e não só a sua, mas também das pessoas que estão no seu contexto de relação familiar e que também em estejam em situação de vulnerabilidade social.

O mercado informal se constitui como estratégia do capitalismo. Em uma porcentagem contribui para a permanência do capital, porém, em contrapartida, é através desses trabalhos que as mulheres negras, mais especificamente as que encontram-se em situação de rua, tem existido na sociedade, utilizando do trabalho informal, como estratégia para acesso a alguma renda, ainda que mínima.

Ainda é incipiente os estudos mais aprofundados sobre os trabalhos que as mulheres que estão em situação de rua desenvolvem. Porém, foi possível ser observado durante mais de 01 ano de estágio curricular, entres os anos de 2018/2019,

¹⁵¹ PEREIRA, Mariana; **A luta das mulheres negras pelo direito à educação**. Esquerda Diário; 2015.

¹⁵² NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica**, São Paulo. Cortez, p. 88; 2012

¹⁵³ Idem

na vivência de campo da atuação para a formação profissional em Serviço Social, na Defensoria Pública da União – Ba através do Grupo de Trabalho da População em Situação de Rua¹⁵⁴, que grande parte dessas mulheres estão ligadas ao comércio informal, através da reciclagem, guardadoras de automóveis, flanelinhas, baleiras, diaristas e vendedoras de água e drogas ilícitas, dentre outras.

Com base na pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome no ano 2009, foram identificados 50.000 adultos em situação de rua em todo Brasil, onde 47,7% nunca trabalharam de carteira assinada ou já há algum tempo não possuía vínculo empregatício, desta amostragem, 52,6% trabalham no mercado informal, 27,5% são catadores de materiais recicláveis, 14,1% são flanelinhas, 6,3% são ligadas à área de limpeza e 3,1% trabalham como carregadores¹⁵⁵.

Uma pesquisa territorial soteropolitana realizada no ano de 2017, pelo Movimento da População em Situação de Rua – BA, Projeto Axé e a Universidade Federal da Bahia, realizou uma cartografia composta por uma amostra de 1.447 pessoas: “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador”¹⁵⁶.

No que se refere a questões sobre trabalho e renda, foi perguntado sobre as atividades de geração de renda realizadas nos últimos seis meses, sendo elencadas 21 alternativas. Verificou-se que 97,5% dos entrevistados realizou pelo menos uma das atividades descritas, sendo que 53,5% realizou entre uma e três atividades de geração de renda nos últimos seis meses, 29,2% realizou quatro e sete atividades, 13,3% realizou entre oito e 12 atividades e 2,1% realizou entre 13 e 17 atividades. Entre as atividades citadas, têm-se: fez “bicos” (60,4%); reciclou (43,6%); trabalhou com carga e descarga de materiais (31,3%); trabalhou como baleiro(a) (30,0%); vigiou carros/flanelinha (26,5%); mexeu em latas de lixo e/ou lixeiras procurando comida e/ou outras coisas (26,1%); pediu comida (25,7%); trabalhou como vendedor ambulante (cervejas, etc.) (25%); esmolou/pediu dinheiro na

¹⁵⁴Importante ressaltar que tal vivência no campo de estágio curricular II e III no ano de 2018, me possibilitou a construção de um projeto de intervenção ao qual realizou a materialização e sistematização do 1º projeto de intervenção do Serviço Social para atuação do GT POP RUA – DPU/BA. **“FORTALECENDO A REDE, A RUA EM CENA: A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-BA NO GT POP RUA”**. O projeto posto, foi aprovação para publicação da I Amostra Científica da Defensoria Pública da União, no ano de 2018.

¹⁵⁵ BRASIL; **Pesquisa nacional sobre a população nacional em situação de rua**. Brasília – DF; 2009. Acesso em 10/10/2019

¹⁵⁶ CARTOGRAFIA DOS DESEJOS E DIREITOS: **Quem são as pessoas que estão em situação de rua afinal?** “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador

rua (24,9%); limpou para-brisas de carros (14,9%); trabalhou na sinaleira (malabarismo, vendeu coisas, distribuiu panfletos, etc.; 9,6%); teve relações sexuais em troca de dinheiro e/ou benefícios materiais (8,9%); frequenta o Projeto Axé (recebe bolsa; 7,3%); prestou serviços de forma ambulante (engraxate, amolador de alicates, etc.; 6,2%); vendeu rifas (5,1%); vendeu jornais nas ruas (5,0%); trabalhou como artista de rua (4,0%). No que se refere à realização de atividades ilícitas para obtenção de renda e bens materiais, observa-se que 9,4% entregou e/ou vendeu drogas; 9,2% furtou algo (ex.: de uma loja, vendedor ambulante ou casa) e 6,4% assaltou alguém.

Um estudo sobre o trabalho da população em situação de rua no Brasil, realizado por Maria Lúcia, concluiu que o perfil dos trabalhadores que estão em situação de rua:

“Composto por trabalhadores/as desempregados/as ou que desenvolvem ocupações no mercado informal, como: flanelinhas; servente; capinação; artesanato; vendedores; catadores de resíduos sólidos e jardineiro, sendo estas muitas vezes ocupações simultâneas. A pesquisa concluiu que essa população trabalha predominantemente no mercado de trabalho informal, sem renda fixa, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciário, bem como em condições extremamente precarizadas¹⁵⁷”

Sendo o modo de produção capitalista que historicamente vem construindo diversos mecanismos para a precarização do trabalho e das relações de trabalho, como combustível para a sua própria condição e reprodução.

A feminista negra Ângela Davis, apresenta que é preciso compreender que classe é uma categoria analítica de opressão, assim como raça e diversidade na identidade de gênero, ALMEIDA¹⁵⁸, referência que Clóvis Moura, apresenta que a luta da população negra desde do período da escravização, se manifestava através da luta de classe, de membros que tinham as mesmas condições perante a sociedade.

[...] após o 13 de maio e o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram-no como igual perante a lei, como se, no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou, esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder as desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se

¹⁵⁷ GONDIN, Antônio Beethoven Carneiro; PINTO, Régia Maria Prada; **Trabalho e população em situação de rua: Uma análise à luz da questão social**; VIII Jornada de Políticas Públicas; p.07; 2017.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018 (Coleção Feminismo Plurais)

imbricam nesse processo de competição do negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto. Apud;¹⁵⁹

Sendo assim, raça e classe são categorias implicadas no processo de exclusão dos negros na categoria trabalho, porém o demarcador de classe, se aprofunda com o final da abolição e o do sistema feudal, sendo que a condição de gênero aprofunda ainda mais a relação de exclusão da mulher negra.

“No dia 14 de maio, eu sai por ai; Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir; Levando a senzala na alma, eu subi a favela; Pensando em um dia descer, mas eu nunca descí. Zanzei zonzó em todas as zonas da grande agonia; Um dia com fome, no outro sem o que comer; Sem nome, sem identidade, sem fotografia; O mundo me olhava, mas ninguém me queria ver. No dia 14 de maio, ninguém me deu bola; Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver; Nenhuma lição não havia lugar na escola; Pensaram que poderiam me fazer perder. Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta; eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu; A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa; Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou.¹⁶⁰”

A citação acima, é uma estratégia de enfrentamento artístico muito utilizado pelos movimentos negros para a construção do conhecimento e da relação do indivíduo com seu processo de identificação com sua história; A letra apresentada faz parte de uma composição musical do cantor negro e Bahiano Lazzo Matumbi¹⁶¹, que reafirma todo esse processo histórico que se deu com as vidas negras após a abolição, e que são reafirmados diariamente na sociedade capitalista, onde a mulher negra historicamente é a mais violentada, sendo esses corpos utilizados enquanto apropriação de violência para a manutenção do capital.

¹⁵⁹ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, p. 86-87, 2018.

¹⁶⁰ “14 de maio” música composta pela cantor Lazzo Matumbi, lançada no ano de 2018. <https://www.lettras.mus.br/lazzo-matumbi/> acessado em 11/09/2019

¹⁶¹ idem

3. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE PARA AQUELAS QUE UTILIZAM DAS RUAS COMO ESPAÇO DE SOBREVIVÊNCIA, CONVIVÊNCIA E MORADIA

Situaremos esse debate atrelado a uma perspectiva problematizadora sobre a construção compulsória da heteronormatividade binária de gênero, de como tal ideologia, serve de base para sustentação das violências sofrida pelas feminilidades das mulheres que encontram-se na situação de rua.

Após, apontaremos enquanto reflexão, como a construção social culturalmente homofóbica, é um estimulante para a ida de muitos corpos dissidentes para a “liberdade” que os espaços públicos proporcionam.

3.1. A CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE COMO MECANISMO DE DOMINAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

“Não se nasce mulher, torna-se mulher.”

Simone de Beauvoir.

O corpo humano é um grande marcador de expressão política, sendo moldado através da historicidade das construções sociais. Condicionantes culturais estes, que refletem nos modos de relação e interação social, “as pessoas entendem que, a partir de algumas características corporais, a cultura constrói identidades, separa grupos e produzir hierarquias¹⁶²”.

Embora nossa pele tenha diferentes cores, formatos, etc, a cultura inventou a ideia de raças, que separa e hierarquiza os homens e confere à branquitude uma serie de privilégios. Se cada um tem uma pele diferente, na cultura os sujeitos são enquadrados como negros ou brancos. O mesmo como a questão de gênero, isto é, embora cada um de nós combine masculinidades e feminilidades de uma forma diferente, a cultura nos enquadra num único gênero entendido como oposto ao outro e puro em si mesmo¹⁶³.

A categoria gênero suscitado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, tem no seu conceito uma construção cultural imposta das relações sociais humanas, que orienta papéis e expressões das pessoas na sociedade, subsequente

¹⁶² COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro; **Crônicas do CUS – Cultura, sexo e gênero**; Editoras Deveres; p. 11; 201

¹⁶³ Idem;

da normatização e da subserviência hierárquica de um gênero, sob outro, em uma perspectiva restrita da binaridade¹⁶⁴, entre homem e mulher.

As formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade objetiva que atinge um contingente expressivo de mulheres e, neste sentido, só pode ser entendido no contexto sócio histórico-cultural, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade entre as relações de gênero e sua totalidade¹⁶⁵.

O desvelamento e compreensão desse marcador social é recente na história e passou à adentrar os debates, através do movimento feministas, com intuito de compreender as opressões sofrida nos corpos demarcados como feminino.

A princípio utilizada como ferramenta metodológica como gnose das violências vivenciadas pelas expectativas sociais sobre a materialização que os corpos carregam, mas em prioritário os corpos que nasceram enquanto aparelho sexual genital.

A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como “oposições decorrentes de traços inerentes aos destinos seres” para que não se incorra erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres. (apud, SAFFIOTI, 1992, p.193)¹⁶⁶

Foucault (*apud*) revela que conceito de gênero encontra-se imbricado a lógica de dominação e de poder; “[..] o poder é uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa”. O poder é efetivado através do controle do corpo com vistas à obtenção da integração de pessoas “dóceis” e “uteis” a um determinado proposito¹⁶⁷.

A compreensão de gênero na sociedade moderna, encontra-se ainda enraizada em uma perspectiva binária de aprisionamento dos corpos; do que é ser mulher e do que é ser homem, acirrando as desigualdades vivenciadas por esses atores.

Os sustentáculos das relações desiguais de gênero encontram-se vigentes e, por vezes, fortalecidos. Principalmente devido ao reforço

¹⁶⁴ Termo associado a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero se limita às categorias imposta do masculino ou feminino. Idem

¹⁶⁵ SANTOS; Silvana Mara de Moraes, OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade capitalista: limites, contradições e avanços**. Revista Katál Florianópolis, p. 12, 2010

¹⁶⁶ Idem, pagina 13

¹⁶⁷ FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; **Ensaio sobre educação sexualidade e gênero**; p. 11, 2005

do sistema econômico. O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres¹⁶⁸.

Sendo assim, o gênero parte de uma construção social impositiva e sexista (ato de discriminar baseado no sexo) que constrói as narrativas das características biológicas de um padrão normativo do que é feminino e do que é masculino.

A construção social do que é ser mulher e do que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, aqui entendido como sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social¹⁶⁹.

A partir de uma ideologia mais ampliada, ao qual compreende-se que o ser humano é diverso tanto na sua materialidade, quanto na sua performance, comunicação e cultural que não existe apenas duas formas de se identificar enquanto identidade de gênero.

Coadunando, com o que apresenta FAGUNDES:

“Quando falamos em gênero, estamos nos referindo à construção cultural das identidades feminina e masculina, do ser mulher e do ser homem. A identidade de gênero consiste, pois, “[...] no quanto a pessoa diz ou faz para indicar aos demais ou a si mesma o quanto é homem, mulher ou ambivalente”¹⁷⁰.

A identidade de gênero, é compreendida como “a experiência que cada pessoa tem sobre qual gênero a usa identidade carrega¹⁷¹.” Por tanto, nesta pesquisa, iremos compreender enquanto gênero, o marcador de identidade de gênero, que parte de uma perspectiva mais ampla possibilitando uma diversidade no reconhecimento da corporeidade, e das diversas expressões que o corpo pode apresentar-se ao mundo.

FERREIRA¹⁷², apresenta uma definição ainda mais robusta: “As identidades de gênero também são produzidas histórica e socialmente, por isso não é algo somente sobre “como as pessoas se sentem”, mas também algo sobre “como elas são interpretadas socialmente¹⁷³.”

¹⁶⁸ SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes, **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**, p. 04, 2012.

¹⁶⁹ SANTOS; Silvana Mara de Moraes, OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade capitalista: limites, contradições e avanços**. Revista Katál Florianópolis, p.16, 2010

¹⁷⁰ FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; **Ensaio sobre educação sexualidade e gênero**; p. 10, 2005

¹⁷¹ FERREIRA, Guilherme; **Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**, 2018.

¹⁷²Idem;

¹⁷³ Idem, p. 12;

Partindo deste demarcador, iremos parear o olhar para as expressões das diversas identidades das feminilidades, compreendendo que as opressões que atravessam esses corpos são carregados de violências oriundas do racismo, conservadorismo¹⁷⁴, patriarcado, machismo¹⁷⁵ e sexismo.

Sendo assim, o recorte desse estudo será para as violências sofrida na situação de rua, para os corpos que carregam as características das feminilidades partindo de três perspectivas na identidade de gênero: a cisgeneridade, a travestilidade e a transgêneridade.

Compreende-se enquanto pessoa cisgênera, os corpos que se reconhecem com sexo biológico que nasceram e mostram-se para o mundo através das característica culturais da construção social imposta do que é ser homem, e do que é ser mulher.

“Definimos enquanto cisgênero como aqueles sujeitos cuja identidade de gênero concorda com o que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo¹⁷⁶.”

A travesti, é importante destacar que não existe “o travesti”, é sempre **A** travesti, essa categoria tem implementado nos debates a compreensão da expressão (travesti), como mais uma categoria de gênero. A travesti: “pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, e que não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um “não gênero¹⁷⁷”.

A travesti, nasceu biologicamente com o órgão do falo, porém essa materialidade corpórea não se reconhece na construção social imposta do que é determinado enquanto característica cultural do que é para o pênis (o masculino/ o macho); a materialização desse corpo se reconhece nas características sociais do que é construído socialmente como gênero feminino.

A mulher transgênera, ao contrário da transvesti, não reconhece as características biológicas ao qual seu corpo apresenta, lhe causando desconforto, estranhamento e sofrimento.

¹⁷⁴ Conservadorismo, é uma corrente ideológica política que tem o intuito de manter as instituições e as relações pessoais como “tradicionais”, amparado na moral religiosa, apresentando uma doutrina cristão, evangélica ou católica. MICHAELIS, Dicionário online, acesso 10/09/2019

¹⁷⁵ Atitudes de prepotência dos homens relativamente às mulheres. Trata-se de um conjunto de práticas, comportamentos e frases considerados ofensivos e violenta contra o gênero feminino. Idem

¹⁷⁶ FERREIRA, Guilherme; **Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**, p. 32, 2018

¹⁷⁷ Idem

Então a materialização desse corporeidade, transaciona na sua expressão de gênero, se reconhecendo por completo nas características do gênero feminino: definição de transgênera “pessoas que as características biológicas e as expectativas de gênero causam desconforto e sofrimento¹⁷⁸”.

É importante sinalizar que as violências de gênero sofridas pelas Marias através da sua materialidade corpórea, aconteceram de modo particular, compondo prioritariamente as características da feminilidade que intensificaram as opressões sofridas por esses corpos.

Opressões transversais demarcadas pela raça, identidade de gênero, orientação sexual, credo ou fé religiosa, dentre outras expressões que fogem da heteronormatividade branca e conservadora.

A dimensão da diversidade (gênero, raça, orientação sexual, dentre outras) permite-nos verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão, advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada, alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida. Acrescente-se, ainda, a orientação sexual que implica outro recorte na caracterização das formas de opressão e de violação de direitos¹⁷⁹.

Como apresentado nos capítulos anteriores, a população em situação de rua, é formado por grupos de pessoas diversificadas, não homogêneas, que buscaram ocupar os espaços públicos, como estratégia de sobrevivência.

A trajetória desses corpos na condição da situação de rua, perpassa pelas trilhas da exclusão, da violência, e das desigualdades sociais, frutos do racismo isquêmico da sociedade capitalista.

A violência, em suas várias formas de expressão, tem feito parte da realidade urbana atual, ou seja, todos nós estamos sujeitos a algum tipo de violência. Entretanto, no caso daqueles que fazem da rua seu lugar de convivência e moradia, as diversas formas de violência surgem de todas as partes, trazendo medo, agravando a luta pela sobrevivência e ocasionado à extrema violação de direitos¹⁸⁰.

As feminilidades, são corpos que encontram-se materializados na situação de rua. Estar na condição de rua nesta sociedade marcada por contradições,

¹⁷⁸ Idem

¹⁷⁹ SANTOS; Silvana Mara de Moraes, OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade capitalista: limites, contradições e avanços**. Revista Katál Florianópolis, p. 13, 2010

¹⁸⁰ ALVES, Maria Elene Rodrigues. **População em situação de rua: A violência contra a mulher em situação de rua como expressão da questão social**. Rio de Janeiro.p.07, 2015

desumanidades e diversos mecanismos de opressão, é estar em maior nível de vulnerabilidade, sendo seu corpo, um alvo explícito para maiores violências e perversidades nas relações sociais da raça humana.

A violência é uma realidade presente na vida da maioria das mulheres, principalmente, as pobres e negras. Essa violência se dá devido à cultura patriarcal e machista que é incorporada por toda a sociedade que oprime e violenta as mulheres, pois embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, prevalecendo à superioridade dos homens sobre as mulheres¹⁸¹.

As pesquisas que traçam dados estatísticos das pessoas em situação de rua no país, ainda são anômalas, porém os estudos existentes no Brasil, aponta que os corpos que se materializam em maior número na situação de rua, são das masculinidades.

A amostra cartográfica realizada pelo Movimento da População em Situação de Rua-BA, junto com o Projeto Axé e a UFBA, revela que na cidade de Salvador, no ano de 2017, foi identificado que população em situação é formada majoritariamente por homens (82,6%), seguidos por mulheres (15,9%) e *queer* (1,5%) – incluem pessoas intersexuais e homens e mulheres transexuais¹⁸².

Uma coleta nacional de informações realizado pelo Ministério da Saúde, através do boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde¹⁸³, apresenta que as mulheres pretas mesmo estando em porcentagem menor na situação de rua, esses corpos são os mais violentados nos espaços públicos.

As notificações de violência motivada por situação de rua foram mais frequentes em indivíduos do sexo feminino (50,8%), e entre as pessoas da raça/cor da pele negra (pretos e pardos), com 9.522 (54,8%), no período de 2015 a 2017¹⁸⁴.

As violências contra as mulheres, são marcadores sociais históricos, carregador de muita dor e sofrimento. As opressões vivenciadas por esses corpos encontram-se em amparada através das mais diversas culturais, crenças religiosas, classes econômicas, grupos étnicos, sendo reafirmado e cultivada através do

¹⁸¹ Idem;

¹⁸² CARTOGRAFIA DOS DESEJOS E DIREITOS: **Quem são as pessoas que estão em situação de rua afinal?** “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador.

¹⁸³BRASIL; **Ministério as Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde; Boletim epidemiológico, População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017**, publicado 2019.

¹⁸⁴ Idem;

conservadorismo, do patriarcado, do machismo, da misoginia (ódio ou aversão a mulher), e do sexismo.

Das violências sofridas pelas mulheres na situação de rua, a falta de políticas públicas que reafirmem direitos humanos é um dos principais combustíveis para as negligências e estigmas que esses corpos carregam.

Por sua vez, as dificuldades de sobrevivência nas ruas os levam a sofrer o primeiro tipo de violência que é morar em um espaço público sem as mínimas condições de habitabilidade, com falta de privacidade, sujeitos à fome, às doenças, agressões e descasos do poder público pela ausência de políticas¹⁸⁵.

Essa cultura misógina, influenciada pelo patriarcado, conservadorismo e machismo, vem ao decorrer da história das relações sociais, legitimando as violências sofridas por essas mulheres, a pesquisa da Cartográfica dos Desejos e Direitos da população em situação de rua, destrinchou o quantidade de violência gerada pelas relações amorosas ou de gênero: “observa-se a partir do recorte de nº 1.401 pessoas na situação de rua, 43,1% afirma já ter sofrido este tipo de violência, sendo que 66,2% (N = 219) das mulheres já passaram por isso, 80% (N =20) dos queers e 39,8% (N = 1.145) dos homens¹⁸⁶”.

A cartografia realizada pelo Mov. Pop. Rua-Ba, demarca na amostragem que 85% dos entrevistados, já sofreu algum tipo violência no contexto da rua, afirmando terem sofrido pelo menos uma das dez formas de violência investigadas na pesquisa:

Ser agredido verbalmente (66,7%); ser agredido fisicamente (52,8%); sofrer algum tipo de preconceito por estar sujo, trajando roupas rasgadas e/ou sujas (48,0%); ser ameaçado(a) de morte (45,2%); sofrer algum tipo de preconceito por causa da cor da sua pele (31,6%); ser agredido por pessoas que passavam na rua enquanto dormia/trabalhava (28,1%); ser agredido/violentado sexualmente (6,7%); sofrer algum tipo de preconceito por ter alguma deficiência (5,7%); e, sofrer algum tipo de preconceito por ser gay, lésbica, travesti, transexual, etc. (4,7%).¹⁸⁷

A pesquisa também denúncia que os principais autores dessas violências tensionadas na situação de rua, são deflagrada por representantes do Estado, o qual reforça a lógica higienista propagada pelo Brasil “outras pessoas em situação de rua

¹⁸⁵ ALVES, Maria Elene Rodrigues. **População em situação de rua: A violência contra a mulher me situação de rua como expressão da questão social**. Rio de Janeiro.p.07, 2015

¹⁸⁶ CARTOGRAFIA DOS DESEJOS E DIREITOS: **Quem são as pessoas que estão em situação de rua afinal?** “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador

¹⁸⁷ Idem;

(47,2%); os policiais militares (45,3%); outros transeuntes (41,2%); a guarda municipal (20,6%); os policiais civis (19,0%); outros agentes públicos (9,0%); e, clientes (8,8%)¹⁸⁸.

As barreiras e dificuldades de sobreviver nas ruas são múltiplas, são diversas violências e negação de direitos, com poucas ou bem insuficientes, as políticas públicas de proteção, reparação e garantia de direitos dessa população.

Porém, a rua para alguns corpos pode estar inserida em contexto de “ressignificação”, de descobertas, encontros e reencontros, de liberdade, do rompimento de padrões e normas sociais imposta.

3.2. O ROMPIMENTO COM A CISHETERONORMATIVIDADE, ATRELADO A “LIBERDADE” NA SITUAÇÃO DE RUA

“Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.”

Elza Soares.

A sociedade contemporânea é reflexo de uma construção social marcada pela violenta regularização, normatização e controle dos comportamentos e desejos humanos na interação social.

A materialidade corpórea, compõem um conjunto de necessidades para efetivação da existência humana, sendo o sentimento do prazer um dos componentes de tal satisfação.

A sexualidade se realiza na corporeidade em completa sintonia com o psíquico. A sexualidade compreende, também, aspectos ligados à emoção, aos sentimentos e conflitos. Com Freud(1973) houve a evidência da sexualidade no que ela difere da procriação, no que ela transpõe a genitalidade e a possibilidade de estar a serviço do prazer e do bem-estar emocional das pessoas¹⁸⁹.

O comportamento humano frente a libido, apresenta-se nas relações sociais enquanto um conjunto de comportamentos que concernem a satisfação do desejo sexual. “A cada dia surgem novas identidades e classificações sexuais. É um

¹⁸⁸ Idem;

¹⁸⁹ FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; **Ensaio sobre educação sexualidade e gênero**; p. 16, 2005

movimento que vem das vivências e experiências, ao contrário das identidades peritas que nascem do sistema medico/psiquiátrico europeu¹⁹⁰.

A sexualidade de cada pessoa não é intrínseca ou resultado de ações exclusivas de cada um de nós. “Ou melhor, que as nossas sexualidades sofrem fortes influencias do meio em que vivemos¹⁹¹”.

Ainda compartilhando da reflexão de Colling, “as pessoas não escolhem seu sexo, gênero e desejos livremente, mas são coagidas a constituírem suas sexualidades dentro dessas linearidades, caso não queiram ser problematizadas e consideradas como aberrações¹⁹²”.

Sendo a heteronormatividade, um marcador da construção social impositiva no padrão das relações amorosas e sexuais, composto por uma perspectiva proibicionista de normatização dos corpos e desejos. Que legitima as violências homofóbicas sofridas nos corpos dissidentes.

Denominamos de dissidentes as pessoas que experienciam e vivenciam suas sexualidades de maneiras diferentes em relação à heterossexualidade compulsória. O mesmo dizemos para as questões relativa aos gêneros, ou seja, xs dissidentes de gênero são aqueles cujas as expressões de seus gêneros não se apresentam na matriz binária do que é estipulado pela sociedade como correto, ou seja, meninas e mulheres devem se comportar de maneira femininas, meninos e homens devem ser comportar de maneira masculina¹⁹³.

COLLING¹⁹⁴, apresenta uma narrativa interessante ao elucidar a heteronormatividade, transpondo de uma perspectiva não natural, não biologizante:

Na medida em que crescemos, começamos a ser criados/educados e violentados para nos comportar como meninos ou como meninas “de verdade”. Caso não sigamos as normas, começamos a sofrer violências verbais e/ou físicas. Ou seja, a violência sofrida por aqueles que não seguem as normas comprova que a norma não é natural e normal. Se assim o fosse, a violência não seria necessária, pois todos e todas nasceriam heterossexuais! A violência é o modus operandi com o qual a heterossexualidade sobrevive inabalável. Temos esse modelo hegemônico de heterossexualidade à custa de muito sangue e dor¹⁹⁵.

¹⁹⁰ COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro; **Crônicas do CUS – Cultura, sexo e gênero**; Editoras Deveres; 2019.

¹⁹¹ Idem, p. 11

¹⁹² Idem p. 39; 2019.

¹⁹³ RODRIGUES, Alesandro; **Crianças em Dissidências, Narrativas Desobedientes da Infância**; Salvador-BA 2018

¹⁹⁴ COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro; **Crônicas do CUS – Cultura, sexo e gênero**; Editoras Deveres; 2019.

¹⁹⁵ Idem, p. 11

No entanto, a cultura enraizada nas relações sociais, sustenta a redução da sexualidade aos moldes apenas atrelado a uma perspectiva da função reprodutiva, cunhado de crenças religiosas, uma noção de sexualidade ancorada apenas na dimensão corporal, biologizante.

Sexualidade é muito mais do que ter um corpo apto para procriar e apresentar desejos sexuais; pressupõe intimidade, afeto, emoções, sentimentos e bem-estar individual decorrentes, inclusive, da história de vida de cada pessoa. A sexualidade resulta, também, de uma construção social marcada pela história, localizada pela cultura e que transcende as manifestações do corpo, transcende a genitália¹⁹⁶.

A não aceitação social, de uma orientação sexual dissidente, é carregada de uma ideologia homofóbica, configurando-se como mecanismo de exclusão e de muita violência nas relações sócio familiares, sendo um dos condicionantes para a ida de algumas das Marias à condição de rua.

Os conflitos familiares relacionados ao rompimento com o padrão heteronormativo, tanto na identidade de gênero, quanto na orientação sexual, foram apontados como determinantes para a situação de rua dos corpos e desejos dissidentes, na pesquisa realizada por GARCIA¹⁹⁷.

As trajetórias de muitos dos informantes desta pesquisa evidenciam que o preconceito e a discriminação associados a orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes são elementos predisponentes para a situação de rua por eles vivenciada¹⁹⁸.

O boletim epidemiológico, divulgado pelo Ministério da Saúde¹⁹⁹, aponta a presença e reconhecimentos desses corpos e desejos dissidentes na situação de rua, nos anos de 2015 a 2017, somando entre a população homossexual (2,9%), bissexuais (0,4%), travesti (0,6%), transgêneras (os) (2,9%).

A mesma pesquisa, aponta o índice de violência sofridos que foram notificados nos últimos três anos do recorte.

Quanto ao tipo de violência sofrido pelas vítimas notificadas em situação de rua, destacaram-se os seguintes tipos: física (16.149; 92,9%), psicológica/moral (4.025; 23,2%), sexual (673; 3,9%), tortura (655; 3,8%) e negligência/abandono (460; 2,7%), em todos os anos

¹⁹⁶ FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; **Ensaio sobre educação sexualidade e gênero**; p. 15, 2005

¹⁹⁷ GARCIA, Marcos Roberto Vieira; **DIVERSIDADE SEXUAL, SITUAÇÃO DE RUA, VIVÊNCIAS NÔMADES E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS**; 2019.

¹⁹⁸ GARCIA, Marcos Roberto Vieira; **DIVERSIDADE SEXUAL, SITUAÇÃO DE RUA, VIVÊNCIAS NÔMADES E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS**; 2019.

¹⁹⁹ BRASIL; **Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde; Boletim epidemiológico, População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017**, publicado 2019.

analisados. O provável autor da violência foi um desconhecido, para a maior parte das notificações estudadas (38,0 % em 2015; 38,2% em 2016; e 34,9% em 2017), seguindo-se amigos/conhecidos (36,1% em 2015; 33,6% em 2016; e 31,5% em 2017). A violência de repetição foi relatada em 17,6%, 14,2% e 18,4% dos casos notificados em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As lesões autoprovocadas foram mencionadas em 7,3% das notificações de violência motivadas por situação de rua nos anos estudados.²⁰⁰

O estudo, reafirma que ter um corpo fora da lei imposta pelo patriarcal, sexista, fora da heteronormativa, é experimentar as desigualdades, e acirramentos nas relações sociais no espaço urbano não democrático, onde tais vivências condicionam esses corpos a diversas experiências que na maioria das vezes, são experiências negativas baseadas em violências.

A violência encontra-se em diversos espaços societários nas relações sociais capitalistas, porém, estar em situação de rua, na materialidade corpórea e desejos discentes, expõem essas vidas a expansões maiores de violências geradas nos espaços públicos.

A liberdade feminina de se movimentar pelo mundo, carrega pelos corpos dissidentes, um símbolo de muita resistência e luta, rompendo com uma lógica silenciadora do controle dos desejos e corpos.

²⁰⁰ idem

4. A INTERSECCIONALIDADE ATRAVESSADA NOS CORPOS DAS MARIAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A ferramenta metodológica decolonial das feministas negras, apresenta-se enquanto uma estratégia fundamental para compreender as violências que são vivenciadas pelas Marias em situação de rua.

A interseccionalidade nos revela que as opressões não são hierárquicas e que as mesmas não podem ser problematizadas e analisada de forma dicotômica, onde as opressões de raça, classe e diversidade de gênero e sexualidade, atravessam os corpos das Marias de forma simultânea, e cíclicas.

4.1. O INTERCRUZAMENTO DAS OPRESSÕES ESTRUTURAIS NA SITUAÇÃO DE RUA

Das entrenhas eu sou a encruzilhadas, boca do mundo Marielle
desbrava, misericórdia em volta revolta.
A bala do racismo, do capitalismo, do sexismo não nos mata.
Meu sangue quando jorra, molha e nasce muitas de mim(...)
Ori o tempo crava Kawô.
Deise Fatuma.

A condição sócio histórica dos marcadores das opressões estruturais, entre raça, classe, diversidade gênero e sexual, transversalizam de forma simultânea os corpos das Marias que estão em situação de rua.

O movimento das feministas negras, apresenta uma ferramenta metodológica, cunhada de interseccionalidade, indispensável para analisar as opressões que inter cruzam as vidas das mulheres negras.

Interseccionalidade: teoria, metodologia e instrumento; embebida no matriarcado da diáspora Africana, carrega conhecimento ancestral no traslado dos oceanos colonizados.

Teoria, metodologia e instrumento prático, a interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feminista que não passaram experiências da colonização, sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de

força teórica negra, sem estar preso às forças teóricas negra, sem estar preso às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos²⁰¹.

Em contrapartida, as feministas negras, realizam uma dura crítica ao feminismo branco, que prima pela liberdade para as mulheres brancas, reproduzindo em paralelo o racismo, e ao movimento antirracista negro, que tem o foco na masculinidade negra, em tal limiar reproduz o machismo.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro²⁰².

O intercruzamento das opressões estruturais, é uma ferramenta indispensável para pensar nas vidas das Marias, que encontram-se em situação de rua no modelo de sociedade capitalista. Em que as violências acometidas pelo racismo, heteronormativa, sexismo, patriarcado, clásssimo e machismo atingem ao mesmo tempo, de forma simultânea e repetidas vezes os corpos dessas feminilidades.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitária onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e casse, modernos aparatos colônias.²⁰³

A ideologia proposta pelo movimento das feministas negras, concebe o que o feminismo branco não abarcara, o antirracismo. Criticando que o movimento negro de estrutura machista não pauta, a equidade entre a diversidade de gênero.

A interseccionalidade permite analisar como a colisão de ambas as opressões atingem a grupos sociais de formas distintas e igualitárias, propondo um olhar mais profundo e cuidadoso as vítimas dessa colisão.

A metodologia, propõem também a descolonização hegemônica falocentrica²⁰⁴ da construção do pensamento, onde grande parte da cultura e saberes dos povos Africanos foi traficado com tentativa de um afogamento epistemológico nas águas dos oceanos atlântico.

²⁰¹ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**; p. 30; Belo Horizonte – MG. 2018.

²⁰² Idem, p. 14

²⁰³ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**; p. 15; Belo Horizonte – MG. 2018

²⁰⁴ “Que se centra no falo; centrado no órgão sexual masculino como a representação da fertilidade e masculinidade. Que acredita ser o homem superior; centrado na superioridade masculina em detrimento dos demais indivíduos”.

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam fêrias colônias causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadoria, nas culturas afogadas, nos binarismo identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber da memória salgada de escravidão, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano²⁰⁵.

A ferramenta analítica da interseccionalidade contribui para a compreensão que o racismo é a opressão primária, estruturante não hierarquizada das demais opressões da sociedade capitalista, pois rememorando Akotirene, “Pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo.”²⁰⁶

O posicionamento político das feministas negras compreende, que a opressão racial, é basilar e combustível para a manutenção do sistema branco capitalista, porém não segrega, hierarquiza ou invisibiliza outros grupos oprimidos pelo colonialismo cisheteropatriarcalnormativo.

Como apresenta AKOTIRENE, “de ponto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica²⁰⁷”.

O olhar humanizado, empático, atento, sensível e crítico a todos os corpos violentados pela opressões estruturais do sistema capitalista, branco eurocentrado²⁰⁸, é pautado pelas matriarcas negras.

Arelado por uma perspectiva da equidade analítica das opressões estruturais entre raça, classe, diversidade de gênero e sexualidade. “Visto que todo sofrimento estar interceptado pela estruturas do sistema opressor²⁰⁹.”

Por outro lado, a epistemologia feminista negra pensada por Patrícia Hill Collins recrimina argumentos de competição entre os mais excluídos, as hierarquias entre eixos de opressão e violações consideradas menos preponderantes. Juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade observando os contornos indenitários²¹⁰.

²⁰⁵Idem

²⁰⁶ Idem

²⁰⁷ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**; Belo Horizonte – MG. 2018

²⁰⁸ “Influência política, econômica, social, cultural etc. exercida pela Europa sobre outras áreas geopolíticas; europeísmo”.

²⁰⁹ Idem

²¹⁰ Idem; p. 33/34

Sendo assim, descrever as violências sofridas pelos corpos das Marias que estão em situação de rua no modelo de sociedade capitalista, precisar estar atrelada a intersecção de raça, classe, diversidade de gênero e sexual, pois essas opressões violentam essas vidas de forma intercruzada, simultaneamente.

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo, e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhor que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude²¹¹.

Utilizando a lupa analítica interseccional, compreende-se que a população que encontra-se em situação de rua, é uma categoria heterogênea onde as opressões intercruzadas atingem os seguimentos populacionais de forma singular e sistêmica.

A despeito das especificidades e heterogeneidade que caracterizam a população em situação de rua, fazendo parte do “refugos humanos” produzidos pelo sistema capitalista, a opressão, a invisibilidade e a violência física e simbólica marcam as suas trajetórias de vida como um todo, as quais, em geral, são ainda reforçadas por outras exclusões, multidimensionais e socialmente compartilhadas, ligadas às questões de gênero, classe, raça, idade, orientação sexual e atividade laboral²¹².

Porém um dos corpos mais violentados, violados e invisibilizados na situação de rua, é o das feminilidades racialmente negras.

As Marias que ocupam os espaços públicos como estratégias de sobrevivência, é fruto da extrema pobreza, e das desigualdades sociais, geradas pela estrutura social racista, classista, cisheteronormativa, sexista e patriarcal.

São relatados fatos concretos de violações de direitos dessas mulheres, que se verificam no modo como sofrem intensamente as condições sócias imposta e estabelecidas, seja no ambiente da rua, expressa pelas inter-relações, bem como pelas instituições, que as tornam “invisíveis” e negligenciadas diante de suas necessidades²¹³.

Os marcadores sociais reproduzidos pelo racismo, foram condicionantes para a divisão social em classes, amparado, pela não distribuição equânime da riqueza produzidas. Parafraseando o pensamento de Marx, as classes sociais são realidades

²¹¹ Idem; p. 42/43

²¹² DIAS, André Luiz Freitas; ALVES, Ariana Oliveira; CUNHA, Bárbara El-dine Breguez; CASTRO, Breno Pedercini; CAMPOS, Julia Álvares; CARVALHO, Maria Cecília de Alvarenga; MARTINS, Vivian Barros. **Mulheres em situação de rua: Trajetórias de invisibilidade e exclusão na construção de identidades**. Belo horizonte.

²¹³ Idem

objetivas decorrentes de posições que os sujeitos ocupam na esfera produtiva. A posse ou ausência do capital define o pertencimento a uma determinada classe e condições de privilégios e de dignidade da pessoa humana.

Os corpos, excluídos do sistema de produção econômica, se tornam fonte de renda “invisível” e marginalizado nas relações sociais capitalista e para uma boa parte dos membros desta sociedade, vidas que ficando à mercê de toda forma de injustiça social.

O aprofundamento da manifestação da questão social, população em situação de rua, é gerada pelas injustiças sociais produzidas no modelo de sociedade capitalista. Composto na base as opressões de raça e classe, que são estruturantes, e inter cruzadas das opressões entre diversidade de gênero e sexual.

A descolonização do pensamento através das contribuições do movimento das feministas negras, traz uma ferramenta inovadora, e de grande relevância para problematizar as opressões estruturais que violenta de modo inter cruzado cada materialidade corpórea que encontram-se na situação de rua.

Abrindo um horizonte estratégico de subversão revolucionária, que problematiza de forma simultânea as opressões, fomentadas para a manutenção do poder branco, heteronormativo do sistema capitalista colonialista.

Os marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade, configuram-se como um sistema político imbricado de privilégios para o homem branco, como elucida Akotirene, “Vejam o branco como sistema político, onde raça, classe e gênero proporcionam uma experiência imbricada de privilégios, não podendo a raça negra sobrepujar a inscrição indenitária, sob risco de mau uso da ferramenta interseccional²¹⁴”.

Almeida, destrincha que, “foi com o colonialismo que o mundo aprendeu a utilidade de práticas como “a seleção das raças, a proibição casamento misto, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente testados²¹⁵”.

A interseccionalidade permite inter cruzar as colisões geradas pelas opressões estruturais de raça, classe e diversidade de gênero e sexual, vivenciada pelas Marias que estão em situação de rua, problematizando essa perversa herança cultural

²¹⁴ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** p.42 Belo Horizonte – MG. 2018

²¹⁵ ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento,p.118; 2018

hierárquica imposta pelos opressores brancos, que dicotomiza o povo e seus marcadores sociais, como estratégia de manutenção e permanência no poder.

Sendo assim, a interseccionalidade permite afirmar que as mulheres negras que encontram-se na situação de rua, são as mais violentadas e inviabilizadas no modelo de sociedade capitalista, esses corpos carregam signos de raça, classe e da diversidade gênero e sexual, que são os combustíveis para a manutenção do modo de exploração e produção do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propõe um olhar inovador atrelado a uma perspectiva decolonial sobre as construções históricas das opressões estruturais da sociedade capitalista que atravessam os corpos das feminilidades negras que encontram-se na situação de rua.

Utilizando enquanto ferramenta analítica, a ideologia revolucionária das feministas negras, cunhado de interseccionalidade, ao qual problematiza o pensamento hegemônico que dicotomiza e hierarquiza as opressões.

O estudo se materializou através da análise bibliográfica de como as opressões estruturais da sociedade capitalista atravessam de forma simultânea a vida das Marias que ocupa os espaços públicos como estratégia de existência.

Partindo de algumas leituras históricas que destrincham o marco das relações sociais brasileiras atrelados a opressão de raça, classe, diversidade gênero e sexualidade, cunhado da lupa analítica da interseccionalidade.

Compreendendo como tais opressões são expressões da manifestação da questão social, que se estruturam de modo interseccional e contribuem para a manutenção do modelo de socioeconômico capitalista.

Visibilizando que as violências geradas pelas opressões estruturais de raça, classe, diversidade gênero e sexual, é o combustível para a ida das Marias à situação de rua.

Partindo da primeira hipótese afirmada com êxito que a opressão racial é primária nas violências sociais, sendo a mesma estruturante para as demais opressões, se tornando um sólido combustível para legitimação da violenta subordinação da raça negra e indígena.

Conseqüentemente as desigualdades sociais no modelo de sociedade capitalista, é fruto da desigualdade étnico racial que não concebe a distribuição equânime da renda, sendo uma das estratégias de manutenção e permanência desse fálido sistema econômico.

Percebendo que a materialidade e os desejos corpóreos são moldados pelo aprisionamento da cisheteronormatividade, como método de dominação do patriarcado, conservadorismo e do sexismo, que legitimam e culturaliza as violências sofridas pelas diversas feminilidades.

Analisando através da interseccionalidade, que as refrações da questão social, atingem de modo mais violento e simultâneo a vida das mulheres que se encontram na situação de rua. Afirmando que as opressões que atravessam as Marias nos espaços públicos, são violências inter cruzadas e não dicotômicas.

Foi possível apreender como os marcadores sociais de raça, classe, diversidade de gênero e sexualidade, permeiam os corpos e as vidas das feminilidades que encontram-se na situação de rua de modo inter cruzado.

Sendo desenvolvido através de uma metodologia decolonial problematizadora que contribuiu com os desvelamentos das opressões estruturais que moldam a sociedade capitalista, e são condicionantes para a situação de rua.

Utilizando enquanto uma das principais ferramentas metodológicas a ideologia revolucionária das feministas negras cunhada sobre a interseccionalidade, que inter cruza e não dicotomiza as opressões de raça, classe, diversidade gênero e sexual, que penetra de forma violenta a vida das Marias.

A pesquisa foi de cunho descritivo e exploratório, pois além de reunir e analisar os conceitos teóricos sobre as opressões que perpassam a população em situação de rua, o estudo também propõe explicar os fenômenos da manifestação da questão social, adentrando as suas causas e efeitos para as relações sociais.

O despertar para a pesquisa, veio a partir da vivência no campo de estágio em Serviço Social, na Defensoria Pública da União-BA, com a atuação no Grupo de Trabalho da População em Situação de Rua, que proporcionou um aprofundamento no olhar científico, crítico e investigativo sobre uma parcela da população historicamente invisibilizada e violentada pelo modelo de sociedade capitalista, a mulher negra na situação de rua.

Com uma abordagem qualitativa, trilhando sobre as intersecções entre as refrações estruturais da questão social no que tange as Marias que encontram na condição de rua.

A obtenção dos dados se deu através de uma revisão bibliográfica na perspectiva mais decolonial possível, através da escrita de autoras e autores negros, como as feministas: Carla Akotirene, Ângela Davis, Kimberlé Crenshaw, dentre outras, contando também com alguns pensadores negros como: Silvio de Almeida, Abdias do Nascimento, Juarez Xavier etc.

É importante ressaltar que o estudo trata de uma iniciação a produção científica na graduação. A pesquisa não abarca a totalidade do universo pesquisado, foi

necessário realizar alguns recortes na abordagem do tema investigado, não abrangendo de forma mais específica as masculinidades que encontram-se na situação de rua, e seus demais desfechos.

Também não foi possível abarcar todas as opressões vivenciadas pelas feminilidades que se encontram em situação de rua, como a transfobia, a gordofobia, a pedofilia dentre outras.

A presente pesquisa, pretende dar um pontapé inicial sobre as vias acidentadas que perpassa a mulher negra em situação de rua, através dos olhos ancestrais das feministas negras.

Deixo aqui sinalizado que o olhar dessa pesquisa, parte da narrativa de um corpo e desejos dissidentes, uma jovem negra, ativista das causas sociais, de baixo poder aquisitivo, mãe e estudante universitária, ao qual até o presente momento nunca esteve na situação de rua, sendo assim não tendo a total propriedade sobre a condição de vida que é sobreviver nos espaços públicos de exclusão social.

Porém, proponho de maneira ética a visibilidade a temática para contribuir com a construção de políticas públicas antirracistas que adentrem as especificidades da população que ocupa os espaços públicos como forma de sobrevivência, convivência ou moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018 (Coleção Feminismo Plurais)

ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Lugar de Negro** UnespeCiencia. 2018

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?.** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018 (Coleção Feminismo Plurais)

ALVES, Maria Elene Rodrigues. **População em situação de rua: A violência contra a mulher me situação de rua como expressão da questão social.** Rio de Janeiro. 2015.

Ação Civil Pública; 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro Processo nº 0019792-38.2018.4.02.5101 (2018.51.01.01979 **AJUÍZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO contra o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE e UNIÃO**, Acessado em 20/08/2019

BRASIL; **Pesquisa nacional sobre a população nacional em situação de rua.** Brasília – DF; 2009. Acesso em 10/10/2019

BRASIL; **Ministério as Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde; Boletim epidemiológico, População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017**, publicado 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. **Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu Comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências.** Brasília, DF, 23 Dez. 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm acesso 16 de março de 2018

BRASIL. LEI Nº 3.535, DE 13 DE MAIO DE 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. acesso em 07/09/2019.

BRASIL CÔLONIA; Lei do Ventre Livre; LEI Nº 2.040 de 28.09.1871, acessado em 20/08/2019

BRASIL; DECRETO Nº 7.031-A de 06 de setembro de 1878; Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte; acessado em 10/10/2019.

BRUNO, L. **Reestruturação do capitalismo.** In. OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A.M.C; VIEIRA, L.M.F; Dicionário: Trabalho, profissional e condição docente. Belohorizonte: UFMG / Faculdade de Educação. 2010

CARTOGRAFIA DOS DESEJOS E DIREITOS: **Quem são as pessoas que estão em situação de rua afinal?** “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador”; SILVA, Maria Lúcia Santos Pereira da; VEZEDEK, Lucas; CARVALHO, Marcos Antônio Candido; Santana, JULIANA PRATES; Salvador – Bahia; 2017

CARTA CAPITAL; **A Pior Crise de toda a História Republicana**; 2017; acesso em 02/10/2019)

CAMPOS, Walter de Oliveira; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Da abolição legal simbólica à igualdade fática**. UnespeCiencia. 2018

CATANI, Afrânio Mendes; **O que é capitalismo**; Editora brasiliense; 1980.

CASTANHO, Marilda. Pindorama: **A terra das Palmeiras**. 1999

CFESS; **Serie assistente social no combate do preconceito**; Brasília; 2016.

CRISTIANA; Odete. TRISTA; Jennifer. Esquerda Diário; **DOSSIÊ DIA DA MULHER NEGRA, LATINA E CARIBENHA**; Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil; 25/06/2018: acessado em 15/08/2019

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro; **Crônicas do CUS – Cultura, sexo e gênero**; Editoras Deveres; 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, André Luiz Freitas; ALVES, Ariana Oliveira; CUNHA, Bárbara El-dine Breguez; CASTRO, Breno Pedercini; CAMPOS, Julia Álvares; CARVALHO, Maria Cecília de Alvarenga; MARTINS, Vivian Barros. **Mulheres em situação de rua: Trajetórias de invisibilidade e exclusão na construção de identidades**. Belo horizonte.

EM SITUAÇÃO DE RUA. Observatório da rua. Documentário. Brasil. 2018; 10:09: Acessado em 28/09/2019
<https://www.youtube.com/watch?v=JgbhJAwYIz8&feature=share>

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; **Ensaio sobre educação sexualidade e gênero**; 2005

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. UTFPR, Pato Branco. 2007

FERNANDES, Fernanda; **A história da educação feminina**. MutiRio, Mídia educativa da cidade; Rio de Janeiro, 2019. Acessado em 10/10/2019

FERREIRA, Guilherme; **Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**, 2018, p.10)

FILHA DA RUA. Webdocumentário. Brasil. 2014: Acessado em 28/09/2019 <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/se-voce-tivessem-me-encontrado-ha-16-anos-nao-dariam-nada-pela-minha-vida-hoje-eu-estou-na-onu/19875>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

JACCOUD, Luciano. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília, IPEA, 2008.

JOMALINIS; Emília. **Mural Memória das Mulheres Negras Espaço Pedagógico;** Apresentado na Festa dos Moradorxs, Agricultorxs e Remanescentes do Quilombo Vargem. Acessado em 23/08/2019

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; **DIVERSIDADE SEXUAL, SITUAÇÃO DE RUA, VIVÊNCIAS NÔMADES E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS;** 2019.

GIOPPO, C; Eugenia: **A Higiene como Estratégia de Segregação;** 1996.

GONDIN, Antônio Beethoven Carneiro; PINTO, Régia Maria Prada; **Trabalho e população em situação de rua: Uma análise à luz da questão social;** VIII Jornada de Políticas Públicas; 2017.

NASCIMENTO, Abdias do; **O Genocídio do povo negro no Brasil. Processo de um racismo mascarado,** 1914-2011.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho; **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** IPEA. Brasília. 2016

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo; **Economia Política, uma introdução crítica,** São Paulo. Cortez, 2012.

MOTA, Vânia Souza Gomes; **FORTALECENDO A REDE, A RUA EM CENA:A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-BA NO GT POP RUA;** publicado na I amostra Científica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, do Grupo de Trabalho da População em Situação de Rua; 2018.

PEREIRA, Mariana; **A luta das mulheres negras pelo direito à educação.** Esquerda Diário; 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro. Formação e sentido no Brasil.** São Paulo. 1995.

ROCHA, Roseli. **Serie assistente social no combate ao preconceito.** Brasília (DF); 2016

RODRIGUES, Alesandro; **Crianças em Dissidências, Narrativas Desobedientes da Infância;** Salvador-BA 2018.

SILVA, Rafaela Mello da; **(Des) Igualdade da mulher: da educação para o lar à conquista por espaço profissional.** 2018

SANTOS; Silvana Mara de Moraes, OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade capitalista: limites, contradições e avanços.** Revista Katál Florianópolis, 2010

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes, **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero,** 2012.

THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília, IPEA, 2008.

VANI, João Paulo; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Escravidão na pós modernidade.** UnespeCiencia. 2018

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula; **Dossiê. 130 anos da abolição da escravidão. Escravidão [388] + abolição [130] = desumanização negra [518]** UnespeCiencia. 2018

“14 de maio” música composta pela cantor Lazzo Matumbi
<https://www.lettras.mus.br/lazzo-matumbi/> acessado em 11/09/2019